



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2013

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr.Silas Munguba, 5.700-Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º SEMESTRE DE 2013

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste, como principal agente do Governo Federal para o financiamento do setor produtivo regional, venceu, em 2013, o desafio de levar o crédito a milhares de empreendedores, apesar das dificuldades provenientes do prolongamento da estiagem.

Na estratégia de atuação por segmento, programas cujas ações estão integradas ao Plano Brasil Sem Miséria apresentaram crescimento expressivo, criando oportunidades de negócios e gerando emprego e renda para os nordestinos e para as populações do norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

São exemplos o Agroamigo e o Crediamigo, que cresceram 36,8% e 33%, respectivamente, em relação aos valores alcançados no exercício anterior. Da mesma forma, merece destaque a ampliação das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e das contratações com micro e pequenas empresas, evidenciando a vocação do Banco do Nordeste para a realização de negócios com esses segmentos específicos.

O Banco implantou projeto de modernização, englobando: governança corporativa, desenvolvimento regional, planejamento estratégico, crédito, estrutura organizacional, eficiência operacional, relacionamento com o cliente, pessoas, tecnologia, contencioso jurídico e logística.

Para esses grandes temas, tendo o desenvolvimento regional associado à excelência no atendimento ao cliente, os funcionários da Instituição imprimiram foco na transparência e na eficiência operacional.

Dentro da governança corporativa, foi criado o Regimento Interno da Diretoria Executiva e realizada a revisão do Estatuto do Banco, possibilitando maior aderência às modernas práticas de gestão.

O Banco aperfeiçoou, ainda, os mecanismos de controle e risco e implementou rigoroso controle orçamentário dos gastos, com relevante redução de despesas.

Já os processos decisórios administrativo e operacional, em todos os níveis, passaram a ser por colegiados, extinguindo-se qualquer alçada individual, o que assegura transparência e eficácia nas decisões.

Quanto ao relacionamento com o cliente, o Banco ampliou o número de pontos de atendimento disponíveis por meio da expansão e modernização da rede de agências e do compartilhamento de Terminais de Autoatendimento.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

O processo de concessão de crédito foi inteiramente redimensionado, unificando atividades e redefinindo estruturas das Centrais de Crédito, visando o melhor atendimento e a eficiência operacional por meio da redução de prazos e mais fluidez na concessão de empréstimos e financiamentos.

O Banco reorganizou a estrutura da Direção Geral, adequando as unidades aos seus efetivos papéis, e elevou o número de funcionários. Instituiu Políticas de Reconhecimento e Valorização dos Empregados, aperfeiçou o Gerenciamento Disciplinar e também consolidou um modelo de Gestão por Competências, por meio do qual o preenchimento de funções comissionadas, em todos os níveis, ocorre através de concorrência interna, com base na meritocracia.

Há dois outros pontos importantes. O primeiro refere-se ao expressivo valor auferido com a recuperação de crédito, resultado da regularização de 241.714 operações, dentre as quais incluem-se as beneficiadas pelas leis de renegociação de dívidas e resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O segundo diz respeito à reformulação na política de patrocínios e na política de concessão e acompanhamento dos recursos dos fundos administrados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) e do Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (FASE).

Como suporte a essas mudanças, a infraestrutura de TI foi modernizada e está em andamento a implantação do sistema de gestão empresarial (ERP), que engloba a automação de diversos macroprocessos do Banco e a revisão na estratégia de logística.

Com efeito, esse modo de agir imprimiu nova dinâmica à organização, com reflexos na mudança cultural da Instituição que, cada vez mais, sintoniza sua missão de promover o desenvolvimento regional sustentável aos anseios dos nordestinos e às expectativas dos brasileiros.

Ary Joel de Abreu Lanzarin
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, e 98,63% de seu capital está sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza (CE), o Banco atua nos nove Estados da Região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios e 232 agências em sua rede de atendimento.

Em 2013 foram contratadas 4,3 milhões de operações destinadas aos setores rural, industrial, infraestrutura, comércio e serviços, correspondendo a R\$ 23,2 bilhões em financiamentos concedidos, representando, assim, um crescimento de 11,4% da quantidade de operações contratadas e 1,8% do montante financiado em relação ao ano de 2012. Os empréstimos do FNE foram concedidos para cerca de 557 mil operações e somaram R\$ 12,7 bilhões e, considerando que no ano anterior foram liberados R\$ 11,9 bilhões, representou incremento de 6,3%. A área rural recebeu R\$ 5,4 bilhões em empréstimos, equivalentes a 43% do valor total contratado pelo FNE, superando em 8,5% as contratações do ano anterior.

A carteira de crédito administrada pelo BNB (incluindo-se as operações de créditos realizadas em nome do FNE) totalizou, em 31.12.2013, sem a dedução de provisões, R\$ 51.526,1 milhões, representando um crescimento da ordem de 8,1% em relação ao saldo de R\$ 47.668,4 milhões em 31.12.2012.

O Banco do Nordeste, por meio de seus programas Crediamigo e Agroamigo, atende, respectivamente, o segmento de microfinanças nas áreas urbana e rural. Apoiando as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou 421.484 operações pelo Agroamigo, com crescimento de 12,4% em relação ao ano de 2012, importante em financiamentos de R\$ 1,25 bilhão, o que representa uma elevação de 36,8% em relação aos valores alcançados em 2012. No que diz respeito ao Crediamigo, o Banco contratou 3.413.430 operações em 2013 no valor de R\$ 5,7 bilhões, representando um crescimento de 33% em relação aos valores alcançados em 2012. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, e têm como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população do Nordeste.

Em continuidade ao apoio na concessão de crédito para as micro e pequenas empresas foram contratadas em 2013, 61.831 operações, totalizando R\$ 2,6 bilhões. Na agricultura familiar, o Banco, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aplicou R\$ 1,1 bilhão neste ano, representando um crescimento de 2,25% em relação ao ano anterior.

O Banco do Nordeste, na condição de principal agente financiador do setor produtivo na sua área de atuação, deu continuidade às ações que visam à melhoria dos indicadores socioeconômicos e à redução das disparidades regionais, assim como aos programas integrados que possibilitem alcançar esses objetivos. O apoio do Banco aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014 são exemplos dessas ações integradas.

DESTAQUES 2013

Ampliação das contratações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Banco do Nordeste concedeu R\$ 12,7 bilhões em financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), representando incremento de 6,3% em relação ao ano de 2012. O valor financiado equivale a 55% do valor contratado global de todas as operações realizadas pelo (R\$ 23,2 bilhões) e a 90,3% dos financiamentos de longo prazo concedidos no ano.

Recuperação de Crédito

O Banco registrou desempenho record em 2013, recuperando créditos no montante de R\$ 2,47 bilhões, valor superior em 84% ao alcançado em 2012, dos quais R\$ 506,732 milhões recebidos em espécie. Foram regularizadas 241.714 operações, sendo 211.267 operações com fonte FNE e 30.447 com fonte não FNE. Desse total, 174.394 operações tratavam-se de operações de clientes do PRONAF e 67.320 operações de clientes não Pronaf.

Financiamento de R\$ 2,6 bilhões para as MPEs em 2013

O Banco do Nordeste fechou 2013 com total de R\$ 2,6 bilhões em contratações com micro e pequenas empresas (MPEs). Ao todo, foram 61.831 operações de crédito que beneficiaram MPEs de toda a sua área de atuação do Banco (Região Nordeste e região norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo).

Os recursos em sua maior parte foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), representando R\$ 2,0 bilhões do total financiado, correspondendo um crescimento de 14,0% em relação ao desempenho verificado em 2012. Os investimentos foram aplicados nos mais diversos setores da economia, como comércio (R\$ 1.012,2 milhões), serviços (R\$ 640,2 milhões) e indústria (R\$ 290,6 milhões).

Compartilhamento de Rede

O número de pontos de atendimento disponíveis para os clientes do Banco do Nordeste foi elevado para, aproximadamente, 10 mil, em toda a área de atuação do Banco. Tal fato foi proporcionado pelo estabelecimento de parcerias que ampliaram o compartilhamento de terminais de autoatendimento. A quantidade de pontos de atendimento também incluiu terminais da Rede Banco 24 Horas e do próprio Banco do Nordeste. A iniciativa viabilizou a abertura de aproximadamente 500 mil novas contas correntes.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

Banco do Nordeste adere ao Cadastro Empresa Pró-Ética

O Banco aderiu ao Cadastro Empresa Pró-Ética, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos que avalia a existência de mecanismos institucionais de empresas para reduzir os riscos de ocorrência de fraude e corrupção. O Cadastro Pró-Ética engloba um seleto grupo de organizações que valorizam princípios e práticas para promoção da ética e da integridade corporativas, tais como as relacionadas à ampla transparência e à prevenção de fraude e corrupção.

Melhores práticas em Gestão de Pessoas

O Banco do Nordeste foi agraciado, em outubro/2013, em premiação que reconhece as 150 empresas com as melhores práticas em Gestão de Pessoas no Brasil. A certificação, promovida pela Editora Gestão & RH, reconhece o trabalho desenvolvido pelos profissionais de recursos humanos em todo o País. A votação foi realizada pelos próprios profissionais da área e participaram aqueles que se enquadram nas "1.000 Melhores e Maiores" do Brasil (critério Exame) e nas 150 Melhores Empresas para Trabalhar (*Great Place to Work*).

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume de Contratações

A contratação global do Banco do Nordeste em 2013 totalizou cerca de 4,3 milhões de operações de crédito, correspondentes a R\$ 23,2 bilhões, superando em 1,8% os R\$ 22,8 bilhões financiados no ano anterior. Desse valor, R\$ 14,1 bilhões (60,7%) destinaram-se a financiamentos de longo prazo, voltados para investimentos, enquanto R\$ 9,1 bilhões (39,1%) foram destinados para empréstimos de curto prazo e R\$ 38 milhões aplicados em operações de mercado de capitais.

As contratações de operações de longo prazo (que englobam financiamentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços) tiveram expansão de 12,6% em relação a 2012, alcançando a cifra de R\$ 14,1 bilhões de reais.

Tabela 1 - CONTRATAÇÃO GLOBAL

Tipo	2012		2013		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Crédito	3.849.853	22.016,8	4.287.041	23.189,9	5,3%
Longo Prazo	514.955	12.510,3	569.984	14.090,7	12,6%
Curto Prazo	3.334.898	9.506,5	3.717.057	9.099,2	-4,3%
Mercado de Capitais	4	807,2	1	38,0	-95,3%
Total	3.849.857	22.824,0	4.287.042	23.227,9	1,8%

* Valores em R\$ milhões

Do valor total de empréstimos de curto prazo, R\$ 5,8 bilhões foram concedidos por meio do programa Crediamigo, correspondendo a 63,3% do realizado na modalidade, com uma expansão de 33,3% em relação ao ano anterior.

Tabela 2 - EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Produto	2012		2013		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Crediamigo	2.844.021	4.320,2	3.413.430	5.760,1	33,3%
CDC/Capital de Giro	48.404	2.282,2	32.706	1.406,9	-38,4%
Conta Garantida	34.970	1.109,6	34.001	817,7	-26,3%
Câmbio	249	1.026,2	203	790,6	-23,0%
Desconto	407.254	768,3	236.717	323,9	-57,8%
Total	3.334.898	9.506,5	3.717.057	9.099,2	-4,3%

* Valores em R\$ milhões

Em relação ao perfil da contratação de operações de crédito, evidenciou-se aumento da participação do valor destinado a clientes de pequeno porte em 17,5% em relação ao exercício anterior, alcançado o volume de R\$ 13,7 bilhões, o que corresponde a 59,2% do volume total contratado.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

Tabela 3 - CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR PORTE

Porte	2012		2013		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	3.765.374	11.694,5	4.237.269	13.736,2	17,5%
Médio	65.800	2.695,7	43.891	2.933,1	8,8%
Grande	18.679	7.626,6	5.881	6.520,6	-14,5%
Total	3.849.853	22.016,8	4.287.041	23.189,9	5,3%

* Valores em R\$ milhões

Na distribuição das contratações de operações de crédito por setor econômico, os maiores crescimentos ocorreram nas áreas de infraestrutura (202,7%), seguido por serviços (22,8%) e comércio (18,3%). Os valores destinados ao setor de comércio (R\$ 9,5 bilhões) representaram 40,8% do volume contratado. Para o setor rural foram destinados 23,9% dos recursos (R\$ 5,5 bilhões); para o setor industrial, 19% (R\$ 4,4 bilhões); para o setor de serviços 12,2% (R\$ 2,8 bilhões) e para o setor de infraestrutura, 4,1% (R\$ 945 milhões).

Tabela 4 - CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR SETOR ECONÔMICO

Setor	2012		2013		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Rural	485.099	5.262,9	534.766	5.548,3	5,4%
Industrial	90.962	6.133,8	56.082	4.401,4	-28,2%
Infraestrutura	4	312,5	23	945,9	202,7%
Comércio	3.222.389	8.007,7	3.650.376	9.469,5	18,3%
Serviços	51.399	2.299,9	45.794	2.824,8	22,8%
Total	3.849.853	22.016,8	4.287.041	23.189,9	5,3%

* Valores em R\$ milhões

Do volume total contratado de operações de crédito pelo Banco, R\$ 12,7 bilhões (54,9% do total) tiveram como fonte recursos oriundos do FNE. Desses recursos, R\$ 6,5 bilhões foram contratados com clientes de pequeno porte, o que corresponde a 51,4% do valor contratado com recursos do Fundo e representa um avanço de 14,5% em relação ao volume de recursos do FNE destinados a clientes desse porte no ano anterior.

Tabela 5 - CONTRATAÇÕES COM FONTE FNE, POR PORTE

Porte	2012		2013		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	508.990	5.718,6	555.970	6.547,7	14,5%
Médio	1.047	1.495,4	973	1.418,8	-5,1%
Grande	361	4.756,2	201	4.761,0	0,1%
Total	510.398	11.970,2	557.144	12.727,5	6,3%

* Valores em R\$ milhões

Na perspectiva dos setores econômicos, os valores destinados ao setor de serviços cresceram 89,5% em relação a 2012, e os destinados ao setor de comércio aumentaram 31,5%. A maior parte dos recursos contratados com fonte FNE destinou-se ao setor rural (R\$ 5,4 bilhões que correspondem a 42,6% do volume contratado com esta fonte). Para o setor industrial foram destinados R\$ 3,0 bilhões (23,6% do total); para o setor serviços R\$ 2,2 bilhões (17,7% do total);

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

para o setor de comércio R\$ 1,9 bilhão (15,3% do total) e para o setor de infraestrutura R\$ 112,4 milhões (0,8% do total).

Tabela 6 - CONTRATAÇÕES COM FONTE FNE, POR SETOR

Setor	2012		2013		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Rural	483.855	4.995,0	533.517	5.419,6	8,5%
Industrial	3.189	4.000,5	3.162	2.999,3	-25,0%
Infraestrutura	3	307,5	2	112,4	-63,4%
Comércio	19.748	1.480,6	16.297	1.947,5	31,5%
Serviços	3.603	1.186,6	4.166	2.248,7	89,5%
Total	510.398	11.970,2	557.144	12.727,5	6,3%

* Valores em R\$ milhões

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ativos Totais

Ao término de 2013, os ativos totais do Banco do Nordeste atingiram o valor de R\$ 33,8 bilhões, o que representa um acréscimo de 6% em relação ao ano de 2012. O crescimento dos saldos de ativos do BNB de dezembro de 2012 para dezembro de 2013 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

Os ativos totais referentes ao FNE atingiram o patamar de R\$ 47,6 bilhões. O FNE cresceu 11,2%, em decorrência, preponderantemente, dos ingressos de recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Tabela 7 - ATIVOS GLOBAIS (R\$ Milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013
Disponibilidades, ⁽¹⁾ Aplicações Interfinanceiras e TVM.....	17.879,9	19.897,0	990,4	1.766,4
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0	5.541,9	5.142,3
Relações Interfinanceiras.....	356,6	412,1	1.558,7	1.674,2
Operações de Crédito (Retificado por Provisões).....	10.524,3	10.248,4	34.753,6	39.051,3
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	2.901,9	2.998,5	2,1	7,1
Outros Valores e Bens.....	24,6	25,9	1,4	1,3
Permanente.....	201,6	235,6	-	-
Total	31.888,9	33.817,5	42.848,1	47.642,6

⁽¹⁾ Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2013, corresponde a R\$ 11,7 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 616,4 milhões (5,58%) em relação à 31.12.2012, quando totalizava R\$ 11,05 bilhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente em Letras Financeiras do Tesouro - LFT e Letras Financeiras - LF.

Em atendimento à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Disponibilidade do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE de R\$ 990,3 milhões em 2012 aumentou para R\$ 1,8 bilhões em 2013, representando uma variação positiva de 78,4%. Os recursos comprometidos com operações de crédito tiveram redução de R\$ 399,6 milhões (7,2%), com saldo de R\$ 5,5 bilhões em 2012 e de R\$ 5,1 bilhões em 2013. Essas variações são explicadas pela elevação das transferências da STN, de R\$ 5,2 bilhões em 2012 para R\$ 5,6 bilhões em 2013, e do volume de reembolsos, de R\$ 7,3 bilhões em 2012 para R\$ 7,5 bilhões em 2013.

Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2013, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,04 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,437 bilhões representado por 87.001.901 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade média sobre o Patrimônio Líquido, no ano de 2013, foi de 14% a.a.

O Lucro Líquido foi de R\$ 360,367 milhões, representando um resultado de R\$ 4,1419 por ação.

O FNE apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 47,6 bilhões.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Planejamento Estratégico

À luz da missão e visão institucionais, do posicionamento estratégico, dos valores, da análise dos ambientes externos e internos do Banco, foram estabelecidos para o período de 2013-2016 vinte e cinco objetivos estratégicos, classificados nas perspectivas institucional, financeira, clientes, processos e competências, formatados no mapa estratégico, segundo a metodologia do *balanced scorecard*.

Sob a perspectiva institucional, orientada para contribuição do Banco ao desenvolvimento regional sustentável, foram definidos quatro objetivos estratégicos que demonstram o comprometimento do Banco do Nordeste com as políticas econômicas, sociais e ambientais do Governo Federal. Destaca-se a participação do Banco no alcance das metas do Plano Plurianual-PPA 2012-2015, por meio de sua inserção em doze programas temáticos.

Compartilhando com a perspectiva institucional, a perspectiva financeira, orientada para o alcance de resultados operacionais competitivos, contemplou objetivos estratégicos alinhados ao fortalecimento do Banco como instituição financeira sólida e sustentável, a partir de níveis mais competitivos de rentabilidade e de eficiência operacional.

A perspectiva de clientes, cujo direcionamento é a excelência no atendimento, teve como foco objetivos voltados para os segmentos de clientes: consolidação da liderança do Banco em microfinanças; crescimento dos negócios com Micro e Pequenas Empresas, necessário para conquistar a posição de principal banco deste segmento na Região; apoio a empreendimentos estruturantes; aumento da base de clientes e do relacionamento com os mesmos.

Na perspectiva de processos, foi priorizada a eficiência operacional, com foco na agilidade da tecnologia da informação e comunicação (TIC); no aumento do volume de captação de recursos; na automatização dos processos de crédito comercial; na ampliação de canais de atendimento, permitindo maior capilaridade; e na eficiência da gestão do risco e recuperação de créditos.

A perspectiva competências, base para a consecução de objetivos nas outras perspectivas, deve ser pautada na valorização das competências humanas. Os principais objetivos estão direcionados para a aprendizagem contínua e a gestão por competências, além do aprimoramento de processos que permitam o alinhamento organizacional, a tomada de decisões baseada em informações estratégicas e a inovação.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO POR SEGMENTO

Agricultura Familiar

O segmento da Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem a carteira de Microfinança Rural (Agroamigo).

No ano de 2013, o Banco do Nordeste financiou para o segmento Agricultura Familiar R\$ 1,14 bilhões, o que representa um crescimento de 2,25% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de financiamentos cresceu 1,05%, com a contratação de 93.783 operações em 2013, atingindo uma carteira ativa de 671,5 mil clientes.

Microfinança Rural

O Agroamigo, programa de microfinança do Banco do Nordeste lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, com utilização de metodologia própria, cuja principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

No ano de 2013, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 1,25 bilhão, o que representa um crescimento de 36,8% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de financiamentos cresceu 12,4%, com a contratação de 421.484 operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 1,67 bilhão com 733,4 mil clientes, dos quais 545.562 possuem conta corrente no Banco.

A metodologia utilizada no Agroamigo estende-se aos agricultores familiares enquadrados nos demais grupos do Pronaf, atuando em duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Pronaf e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, exceto dos Grupos A e A/C, em operações de até 15 mil.

Microfinança Urbana

O Banco do Nordeste emprestou, por meio do Crediamigo, R\$ 5,7 bilhões, representando um crescimento de 33% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de empréstimos desembolsados cresceu 20%, sendo realizadas 3,4 milhões de operações em 2013. O Crediamigo possuía, ao final de 2013, 1,6 milhão de clientes com empréstimos ativos.

O Crediamigo faz parte do Programa Crescer do Governo Federal, que visa incentivar as atividades microempresariais por meio de crédito. Em 2013 foram realizadas 2,8 milhões de operações e liberados R\$ 3,3 bilhões no âmbito do Crescer.

A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média de 12.929 desembolsos realizados por dia, o que significa um crescimento de 14,6% em

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

relação a 2012, quando a média realizada foi de 11.285 desembolsos efetivados por dia.

A inadimplência, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 0,85%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência mesmo com o crescimento expressivo do volume de crédito.

Outra importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo, bem como à oferta de produtos de seguro com preços acessíveis e direcionados às necessidades das famílias de baixa renda. Em relação às contas correntes, foram abertas 816.857 no decorrer do ano de 2013, sem cobrança de tarifa.

Em 2013, o Banco implantou uma série de melhorias que trouxeram avanços no atendimento aos clientes, tais como:

- Ampliação das parcerias públicas e privadas
- Diversificação de produtos
- Ampliação da rede de pontos de atendimento
- Capacitação a Clientes.

Mini e Pequeno Produtor Rural-MPPR

A carteira ativa do segmento MPPR, na posição de 31.12.2013 é constituída por cerca de 130 mil clientes com um saldo ativo de R\$ 5,9 bilhões.

No ano de 2013, somente com recursos do FNE, foram contratadas 11.190 operações de crédito rural no valor total de R\$ 936,1 milhões, atingindo 116,3% da meta anual (R\$ 805,0 milhões).

Micro e Pequena Empresa

O segmento de Micro e Pequena Empresa é composto por clientes que apresentam faturamento anual até R\$ 3,6 milhões.

O Banco do Nordeste financiou, no exercício de 2013, o montante de R\$ 2,6 bilhões referentes às contratações com 25.444 micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazos, sendo R\$ 2 bilhões com recursos do FNE, relativas às operações de longo prazo e R\$ 598,9 milhões, em operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos.

A atuação do Banco para o segmento de micro e pequena empresa encontra-se referenciada em objetivos específicos do Planejamento Estratégico 2013-2016, que preveem a priorização das aplicações do FNE para os pequenos empreendedores e sua transformação no principal Banco das MPEs da Região Nordeste.

Empresarial

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de pequeno-médio, médio e grande portes. Compõem este segmento, os produtores rurais com renda bruta

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

anual superior a R\$ 3,6 milhões e as empresas com faturamento anual acima de R\$ 3,6 milhões e até R\$ 200 milhões.

O Banco alcançou resultados expressivos na sua atuação junto ao segmento Empresarial, quais sejam:

- Saldo médio diário de Captação de Recursos no valor de R\$ 1,8 bilhões.
- Contratação de Crédito de Curto Prazo no valor de R\$ 1,5 bilhões.
- Contratações de operações no valor de R\$ 777,16 milhões com recursos do FDNE.
- Contratações de operações de investimento com recursos do FNE, no valor de R\$ 2,6 bilhões.

Agronegócios

O gerenciamento das Carteiras Agronegócios - Pessoa Física, as orientações prestadas à rede de agências e superintendências estaduais, as melhorias implementadas em produtos e o treinamento da equipe de negócios, entre outras ações, foram responsáveis para o alcance dos seguintes resultados com o segmento agronegócios:

- Captação de Recursos no valor de R\$ 122,7 milhões (dados das carteiras agronegócios/compartilhadas e atendimento agronegócios).
- Contratação de Crédito de Curto Prazo e Câmbio no valor de R\$ 51,5 milhões.
- Contratações de operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 958,4 milhões.

Corporate

O segmento *Corporate* é composto por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200,0 milhões.

Em 2013 foram contratadas, com clientes do segmento Corporate, operações de longo prazo no montante de R\$ 4,0 bilhões, tendo o segmento apresentado um saldo médio diário de Captação de Recursos no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas "não dependentes", conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União - OGU para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público as linhas de crédito com recursos do BNDES, por meio das quais estados e municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas ou renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar.

Em 2013, os negócios realizados pelo Banco com o Segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,4 bilhão de saldo devedor e R\$ 1,0 bilhão de saldo médio diário, com um total de 1.916 clientes.

Pessoa Física

No segmento Pessoa Física são atendidos prioritariamente as pessoas físicas vinculadas aos empreendimentos financiados pelo Banco.

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa o atendimento a clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, sócios de cooperativas e sindicatos de classe, profissionais liberais, aposentados do INSS e outras pessoas físicas em geral.

Em 2013, a carteira ativa do segmento, foi constituída por cerca de 110 mil clientes com um saldo ativo de R\$ 373,3 milhões.

Com recursos da fonte FAT PROGER Investimento, em 2013, foram contratadas 434 operações de crédito no valor total de R\$ 11,8 milhões, atingindo 116,9% da meta anual prevista de R\$ 10,0 milhões, financiando profissionais liberais e sócios de cooperativas, contribuindo para o desenvolvimento de transporte urbano e de turismo.

PROJETO MODERNIZAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE

Promover o crescimento sustentável do Banco do Nordeste, posicionando-o entre os melhores bancos do País, com a melhoria da eficiência operacional e ampliação da base de clientes. Esse é o objetivo do Projeto Modernização do Banco do Nordeste, implementado em abril de 2013.

O projeto engloba 12 grandes temas, a saber: governança corporativa; relacionamento com o cliente; pessoas; desenvolvimento regional; eficiência operacional; planejamento estratégico; entidades de previdência e assistência médica dos funcionários; crédito; tecnologia; estrutura organizacional; contencioso jurídico; logística.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

No cerne dessa estratégia está a excelência no atendimento , criando condições para atender de forma mais ágil e eficiente àquele que é a principal razão da existência do Banco: o cliente.

As seções a seguir descrevem as ações realizadas no âmbito do Projeto e os benefícios alcançados em 2013.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste estão presentes o Conselho de Administração, composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna; e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

Em 2013, a Diretoria Executiva aprovou o Regimento Interno deste colegiado. O documento está em harmonia com os demais normativos e leis existentes e é um importante instrumento da Governança Corporativa, na medida em que fortalece o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Buscando maior alinhamento com as práticas adotadas no mercado e com o propósito de envolver todos os gestores na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios, o Banco do Nordeste revisou, em 2013, as alçadas administrativas e as atribuições, assim como a composição e as regras de funcionamento de todos os seus colegiados não estatutários, responsáveis por decisões administrativas.

Com essa revisão, as decisões em qualquer nível passaram a ser tomadas de forma colegiada. Ressalvadas as situações em que uma estrutura organizacional mínima não o permita, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, tático e operacional visando maior segurança no processo de tomada de decisão.

Ainda com o objetivo de fortalecer a governança corporativa, o Banco do Nordeste propôs alterações em seu Estatuto Social para maior aderência às mais modernas práticas de governança corporativa e complementarmente para permitir a conversão de suas ações preferenciais em ações ordinárias, em consonância com as boas práticas recomendadas pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo para empresas de capital aberto listadas em bolsa de valores.

Nas relações institucionais presentemente estabelecidas pelo Banco é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados.

Conforme previsto na legislação aplicável, encontram-se centralizados na Comissão de Ética do Banco os trabalhos voltados para o estabelecimento de elevados padrões éticos institucionais e as ações efetivas para cumprimento do Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

As pesquisas de satisfação realizadas em 2013 mostraram que 79,5% dos usuários consideram excelente e boa a qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria, 77,3% dos entrevistados avaliam como excelente ou boa a qualidade do atendimento do 2º nível do Centro de Relacionamento e o índice geral de satisfação dos clientes em 2013 foi de 80,0%.

Em 2013, o Banco continuou a expansão e a modernização da Rede de Agências com a instalação de 19 novas agências, ampliando sua capilaridade e presença na Região, passando-se de 213 para 232 unidades. Houve um incremento de 9% na rede de agências e ampliação de 10% na base de clientes em relação a 2012, atingindo um total de 3.415.418 clientes.

O Banco investiu na gestão documental corporativa baseada no gerenciamento eletrônico de documentos por meio de soluções tecnológicas e processos que permitem a otimização de processos e a consequente melhoria no atendimento ao cliente.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Banco, por meio do ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, atua na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas; coordenação e avaliação de políticas e programas; e também, na realização de estudos, pesquisas e avaliações, além de publicações técnicas produzidas pelo ETENE e instituições envolvidas com o desenvolvimento regional e outros trabalhos de interesse do Banco.

O ETENE mantém estudos sobre importantes e tradicionais atividades e prepara, anualmente, o mapa de investimentos previstos na Região, como forma de apoiar os gerentes sobre os possíveis impactos e outros negócios no entorno daqueles investimentos.

Com o objetivo de olhar à frente, o ETENE promoveu diversos encontros em parceria com o IICA, para elaboração do estudo Nordeste 2022, que norteará propostas de desenvolvimento para os próximos anos do Nordeste. Realizou, também, pesquisa para determinação do perfil das Micros e Pequenas Empresas - MPE, no Nordeste, com o dimensionamento do mercado e melhores formas de atendimento a esse público.

O ETENE operacionaliza o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (FASE) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com recursos para projetos de pesquisas, difusão de tecnologias, experiências de pesquisas, estudos socioeconômicos e projetos sociais. Para o FUNDECI, foram apoiados projetos em atividades de tecnologia, floricultura e convivência com o semiárido. Para o FASE, as atividades apoiadas foram para pesquisas, publicações e congressos.

Em execução, o Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste - PRODEPRO, programa de financiamento em fase de estruturação e negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem como principais

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

objetivos: ofertar infraestrutura para as cadeias produtivas da região de atuação do Banco, visando elevar a produtividade e competitividade das empresas (em particular das pequenas e médias empresas - PMEs); maximizar a integração física entre os estados nordestinos e destes com as demais regiões do País; expandir o comércio interno e externo destes estados; incrementar a atração de investimentos e o fomento às exportações e, como consequência, aumentar a capacidade de geração de empregos e renda na Região.

PESSOAS

Em 2013 foi implantada nova estrutura e dinâmica de funcionamento da Direção Geral e Centrais do Banco, ajustando a nova configuração esperada pela direção da organização, para fazer frente aos desafios do planejamento estratégico.

Dentro destas orientações a Diretoria de Estratégia, Administração e TI definiu, em seu escopo de atuação, ação estratégica específica para adequar as competências humanas a estas mudanças.

Em 2013, também foi aprovada Política de Reconhecimento e Valorização dos empregados. Referida política objetiva dotar o Banco de instrumento capaz de reconhecer e recompensar as unidades e empregados de acordo com os respectivos desempenhos, apurados sob diferentes aspectos de avaliação.

A política de seleção interna para provimento de funções em comissão foi ajustada, repercutindo em mudanças nos eixos de função, na descrição e nos requisitos de acesso a funções em comissão, nos processos de concorrência interna, lateralidade e rodízio, bem como na criação de bancos de sucessão.

Em 2013, foram ofertadas 22.630 oportunidades de capacitação dentro do Plano de Educação Corporativa, sendo 73% de educação à distância, 25% de cursos presenciais e 1% destinadas à educação formal.

Em maio/2013, o Banco implantou política de gerenciamento disciplinar, contemplando a revisão dos normativos internos que regem a conduta do empregado, o controle disciplinar e a dispensa de função em comissão. Objetivou propiciar o maior envolvimento dos gestores nas atividades inerentes ao controle disciplinar em suas unidades, dotando-os de ferramentas adequadas para atuar, preventiva e corretivamente, nas ocorrências sobre as quais haja infração a normais legais e/ou regulamentares do Banco do Nordeste.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Registra-se que o BNB apresentou significativa melhoria na gestão de suas despesas administrativas. Comparando-se o valor orçado até dezembro e respectivo volume de despesas realizadas houve uma economia total de R\$ 316,9 milhões. O resultado foi ainda mais positivo considerando que houve elevação de despesas em face dos seguintes fatores:

- As despesas de pessoal tiveram, em média, aumento de 8% decorrentes do acordo coletivo de trabalho em 2013.
- Foram contratados no período 388 novos funcionários.
- Foram inauguradas 40 novas agências.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

O resultado alcançado deveu-se a um conjunto de medidas de contenção em “Outras Despesas Administrativas”.

O BNB também apresentou resultado positivo em receitas de prestação de serviços, as quais mesmo sem considerar as receitas de Taxa de administração do FNE, atingiram o montante de R\$ 519 milhões, com um acréscimo na ordem de R\$ 136 milhões em relação ao exercício de 2012. Em face desse desempenho, tanto em despesas administrativas como em Receitas de Prestação de Serviços, o índice de Eficiência Operacional atingiu o patamar de 74,2%, contra 76,2% em 2012.

CRÉDITO

Com vistas a dar maior agilidade ao processo de concessão de crédito e, conseqüentemente, melhorar o atendimento ao cliente e a eficiência operacional, foram implementadas as seguintes ações:

- **Implantação das Centrais de Crédito:** aperfeiçoando e uniformizando as tarefas, agilizando os serviços e reduzindo o tempo de atendimento ao cliente.
- **Revisão dos parâmetros para utilização de modelos de escoragem automática.**
- **Redefinição dos limites de crédito com base em estudos e técnicas inovadoras:** permitindo automatizar os cálculos de limites, utilizando modelos estatísticos determinísticos, parâmetros técnicos e a técnica de ‘escoragem’ automática, *Credit Scoring*.

TECNOLOGIA

Dentro do que preceitua o planejamento estratégico, em seu objetivo “Dotar o Banco de Tecnologia da Informação e Comunicação competitiva”, diversas ações foram desenvolvidas na Área de Tecnologia.

Foi criado o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (COTEC), instalado em janeiro/2013 e os Subcomitês Tecnológicos, por linha de negócio, que apoiam na decisão do atendimento das demandas pela Superintendência de TI.

O processo de desenvolvimento de *software* foi customizado de forma a adaptá-lo aos tipos de projetos conduzidos pela TI.

Em 2013, o quadro de pessoal da Superintendência de TI foi ampliado em 27 vagas, e o parque de ativos foi atualizado.

Visando à modernização da atual Rede de Comunicação de Dados, dotando-a de maior capacidade, disponibilidade e mecanismos de gerenciamento mais eficazes, foi realizada a contratação de Serviços de Comunicação de Dados, com os circuitos terrestres e satélites implantados em 217 Unidades.

Foram desenvolvidos, ainda em 2013, novos produtos e implementadas diversas melhorias voltados ao cliente final, com destaque para:

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

- Programa na Mão - aplicativo móvel destinado aos assessores de crédito do Crediamigo com objetivo de agilizar o processo de cadastro dos clientes do Programa Crediamigo.
- *Mobile Banking* - serviços do Nordeste Eletrônico em dispositivos móveis nas plataformas *Android*, *iOS* e *Blackberry*.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em abril de 2013 foi aprovada a revisão da estrutura organizacional da Direção Geral, contemplando a definição das Superintendências, Ambientes, Centrais vinculadas à Direção Geral e respectivas Células, bem como as atribuições e dimensionamento de pessoas.

A implementação da nova lógica do agrupamento de atividades e níveis hierárquicos para a Direção Geral proporcionou os seguintes benefícios:

- Diminuição dos custos de operacionalização dos sistemas administrativos, com a superação de redundâncias e retrabalhos.
- Redução dos prazos de atendimento aos clientes.
- Eficácia no atendimento às unidades operadoras e no monitoramento das metas e dos objetivos empresariais.
- Aumento da qualidade no atendimento às demandas de negócios da Rede de Agências.
- Otimização de recursos com a estruturação do processo de aquisição e suprimento de recursos logísticos.
- Aumento na eficiência da gestão dos processos organizacionais.

Para suportar a expansão das ações do Banco, especialmente decorrente da previsão de abertura de 81(oitenta e uma) novas agências, foi autorizado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) a ampliação do limite máximo do quadro de pessoal para 7.150 (sete mil, cento e cinquenta) empregados. Em 2013 foram convocados 378 novos funcionários.

CONTENCIOSO JURÍDICO

Objetivando maximizar os resultados do trabalho realizado pelo Contencioso Jurídico foram realizadas em 2013 as seguintes ações:

- Monitoramento diferenciado das Recuperações Judiciais.
- Implantação do Grupo de Trabalho Recuperação de Crédito para impulsionamento das ações de devedores sinalizados como prioritários.
- Monitoramento estratégico dos processos que representam os maiores passivos contingentes.
- Definição de alçadas para os Gerentes das Agências, para negociação de ações cíveis de pequenos valores.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

LOGÍSTICA

Para assegurar o atendimento das necessidades de bens e serviços das diversas Unidades do Banco do Nordeste, com qualidade, tempestividade e economicidade, observando os aspectos da Legalidade e da Responsabilidade Socioambiental, diversas ações foram implantadas durante o ano de 2013.

O Banco tem adotado critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem adquiridos, quando justificável e preservado o caráter competitivo do certame, além de exigir a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas, conforme dispõe o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010.

O novo modelo de suprimento de serviços estabelece a migração de contratos na modalidade de mão de obra locada para o modelo de contratação de serviços e o acompanhamento do processo de desmobilização de terceirizados junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/DEST, com cumprimento das metas estabelecidas para os exercícios de 2012 e 2013.

ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS FUNCIONÁRIOS

Capecf - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Capecf administra dois planos previdenciários: o plano de Benefício Definido - BD, plano fechado para ingresso de novos participantes desde 2002 e o de Contribuição Variável - CV I, criado em 2010 com o objetivo de disponibilizar uma solução previdenciária para os novos funcionários que ingressaram no Banco a partir de 2002. O Plano BD encerrou o ano de 2013 com 2.283 participantes ativos, 3.348 aposentados e 990 pensionistas. O CV I encerrou o ano com 3.967 participantes ativos, 3 aposentados e 4 pensionistas.

Com o fortalecimento da governança e o desempenho dos investimentos impulsionado por uma eficiente estratégia na gestão dos recursos, o plano BD obteve, no ano de 2013, uma rentabilidade de 14,45% ao ano equivalente a 122% da sua meta atuarial, de 11,89%, representando a geração de uma receita adicional de R\$ 107 milhões.

O CV I, criado em maio/2010, é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Tendo em vista que a carteira de investimentos do CV I ainda está em fase de formação, o resultado das estratégias na gestão desses recursos deverão superar as metas atuariais no médio e longo prazos.

Camed - Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB

A Camed foi criada em 1979 para prestar assistência médico-hospitalar e odontológica aos funcionários do Banco do Nordeste e seu grupo familiar. Hoje, o Grupo Camed conta com quatro empresas: **Camed Saúde**, que presta assistência médico-hospitalar e odontológica aos funcionários do BNB; **Camed Vida**, que presta assistência médica aos clientes de mercado; **Camed Corretora de Seguros** e **Creche Paulo VI**.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.758 beneficiários, está presente em todo o Brasil com a sua rede credenciada ou por meio de convênio de reciprocidade com outras operadoras de planos de saúde. A Camed Vida dispõe de uma carteira de 144.746 clientes, com atuação na Região Nordeste. A Camed Corretora fechou 2013 com uma carteira com quase 2 milhões de seguros ativos. Está presente em todo o Nordeste, além dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A Creche Paulo VI atua em Fortaleza e fechou o ano de 2013 com 113 crianças matriculadas, sendo 101 filhos de funcionários do BNB.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2013, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Os valores auferidos com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 2.475.016 mil, que atingiram 103,13% da meta global estabelecida para o ano, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 506.732 mil. Foram regularizadas 241.714 operações, sendo 211.267 operações com a Fonte FNE e 30.447 com Fonte não FNE. Desse total, 174.394 operações tratavam-se de clientes do Pronaf e 67.320 operações de clientes Não Pronaf.

GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais desta instituição, de forma a disponibilizar informações que subsidiem as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. Com coordenação única, essa gestão permite a sinergia de ações como a disseminação da cultura de gestão de riscos desejada e das atividades realizadas.

Para garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o BNB conta, em sua estrutura, com o Comitê de Gestão de Riscos, que se reúne, ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

À estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cabe fomentar cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos, envolver os empregados na sua identificação, além de implementar mecanismos que visem à mitigação dos riscos, por meio de modelos que mensurem limites e estabeleçam

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

classificações de clientes a partir das normas e regras estabelecidas pelo Regulador (Banco Central do Brasil).

No risco de crédito, destacam-se as seguintes ações em 2013:

- Novo Modelo de Avaliação de Risco Cliente - Especialista.
- Aperfeiçoamento das ações de monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito.
- Aperfeiçoamento de procedimentos relacionados ao gerenciamento do processo de classificação de riscos.

A Gestão dos Riscos de Mercado e de Liquidez segue o disposto na Política Corporativa de Gestão de Riscos, pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco e no controle dos limites para posições, dividido em limites para exposição a taxas de juros e exposição a taxas de câmbio. Além disso, é monitorado o risco de mercado da Carteira de Não-Negociação (*Banking Book*) mediante a aplicação da metodologia de *Value at Risk* (VaR) paramétrico e o indicador do nível de cobertura de liquidez.

O Gerenciamento do Risco Operacional, na visão corporativa, apresenta configuração que prevê o envolvimento num único grupo de processos denominado Gerenciamento do Risco Operacional, cinco subprocessos, quais sejam: Identificação e Análise de Riscos Operacionais, Mensuração de Riscos Operacionais, Acompanhamento das Ações Mitigadoras de Riscos, Administração de Perdas Operacionais e Monitoramento de Riscos Operacionais.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controle Interno do Banco do Nordeste tem como pilares: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; e o elevado grau de compromisso de seu pessoal em atuar com competência e com ampla transparência.

Visando o fortalecimento dos controles internos de produtos e processos com gestão centralizada nas Unidades da Direção Geral foram realizadas atividades de avaliação e de certificação de conformidade de diversos processos.

Destaca-se a elaboração e implantação da metodologia de cálculo do *rating* das agências do Banco.

SUSTENTABILIDADE

O Banco do Nordeste desenvolveu, em 2013, diversas ações no que concerne ao tema Sustentabilidade, a saber:

- Participação na execução, estruturação e coordenação da cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Ministério do Meio Ambiente - MMA para promoção do manejo sustentável da Caatinga, maior eficiência energética e atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- Definição de plano de trabalho para orientação dos clientes sobre a necessidade de regularização ambiental do imóvel rural e a forma de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Relatório da Administração-2º Semestre de 2013

- Coordenação das campanhas de destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, da Lei de Incentivo ao Esporte e, de forma inédita, do Fundo dos Direitos do Idoso.
- Participação na operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).
- Contratação de R\$ 239,9 milhões nos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia e R\$ 4,5 milhões aplicados no programa FNE Inovação.
- Ajustes na política de financiamento à silvicultura e ao extrativismo florestal, na qual passou a ser possível o financiamento de custeio voltado ao manejo florestal sustentável.
- Estruturação de parceria e realização de trabalho de eficiência energética com a Deutsche Gesellschaft Fur Internationale Zusammenarbeit - GIZ, na área de eficiência energética.



Demonstrações Financeiras

BANCO

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2013

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTE		15.349.319	14.312.230
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	155.909	121.853
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	7.737.065	6.514.841
Aplicações no Mercado Aberto		7.606.592	6.384.020
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		130.473	130.821
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	690.164	459.453
Carteira Própria		690.083	309.498
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		81	-
Vinculados à Prestação de Garantias		-	149.955
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		369.442	315.987
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		1.236	1.126
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	351.120	306.374
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	14.492	6.191
Repasses Interfinanceiros.....		1.130	986
Correspondentes.....		1.464	1.310
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.365.875	4.775.461
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.751.089	5.199.136
Setor Público.....		158.847	102.633
Setor Privado		4.592.242	5.096.503
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(385.214)	(423.675)
OUTROS CRÉDITOS.....		2.004.904	2.100.029
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	-	8
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	540.994	592.978
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	9.568	25.434
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	4	4
Diversos	(Nota 10.e)	1.471.727	1.558.087
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(17.389)	(76.482)
OUTROS VALORES E BENS		25.960	24.606
Outros Valores e Bens		5.654	5.924
(Provisões para Desvalorizações)		(695)	(760)
Despesas Antecipadas		21.001	19.442
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		18.232.580	17.375.096
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	11.313.849	10.783.710
Carteira Própria.....		9.547.043	9.691.773
Vinculados a Compromissos de Recompra		1.126.481	665.509
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		337.967	193.640
Vinculados à Prestação de Garantias		302.358	232.788
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		42.634	40.609
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	554	3
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	39.254	37.156
Repasses Interfinanceiros.....		2.826	3.450
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.882.508	5.748.868
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	6.373.679	6.123.950
Setor Público		1.211.833	1.262.790
Setor Privado		5.161.846	4.861.160
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(491.171)	(375.082)
OUTROS CRÉDITOS		993.589	801.909
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	-	7
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	18.049	-
Diversos	(Nota 10.e)	1.022.017	806.214
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(46.477)	(4.312)
PERMANENTE	(Nota 12)	235.604	201.562
INVESTIMENTOS		1.825	1.720
Outros Investimentos.....		7.128	7.023
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO.....		220.993	198.906
Imóveis de Uso		159.881	152.457
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		105.410	105.410
Outras Imobilizações de Uso		235.024	191.645
(Depreciações Acumuladas)		(279.322)	(250.606)
INTANGÍVEL		12.308	-
Ativos Intangíveis.....		12.308	-
DIFERIDO		478	936
Gastos de Organização e Expansão.....		2.008	2.939
(Amortização Acumulada).....		(1.530)	(2.003)
TOTAL DO ATIVO		33.817.503	31.888.888

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**PASSIVO**

		31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTE.....		13.285.888	10.594.408
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	5.910.777	4.772.938
Depósitos a Vista.....		244.175	118.635
Depósitos de Poupança.....		1.872.563	1.615.970
Depósitos Interfinanceiros.....		774.655	593.137
Depósitos a Prazo.....		3.019.384	2.445.196
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	1.127.212	738.598
Carteira Própria.....		1.073.895	581.802
Carteira de Terceiros.....		53.317	156.796
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	19.488	75.476
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		9.621	66.869
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		9.867	8.607
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		1.805	66
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		1.805	66
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		5.409	15.586
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		5.399	15.578
Transferências Internas de Recursos.....		10	8
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	777.276	826.189
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		19.416	17.912
Empréstimos no Exterior.....		757.860	808.277
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	156.842	121.769
Tesouro Nacional.....		230	253
BNDES.....		132.408	101.633
FINAME.....		24.204	19.883
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	978	2.184
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		978	2.184
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	101.113	88.354
Repasses do Exterior.....		101.113	88.354
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		5.184.988	3.953.248
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	1.798	3.154
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	10.830	32.008
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	61.835	95.061
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	487.475	825.052
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 16.e)	68	68
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	3.103.568	1.673.702
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	78.471	74.143
Diversas.....	(Nota 16.i)	1.440.943	1.250.060
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		17.491.785	18.610.729
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	5.080.669	5.048.501
Depósitos a Vista.....		8.819	15.383
Depósitos Interfinanceiros.....		102.711	78.890
Depósitos a Prazo.....		4.969.139	4.954.228
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	50.383	81.917
Carteira Própria.....		50.383	81.917
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	1.467.778	1.318.769
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		-	418
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.467.778	1.318.351
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	-	17.912
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		-	17.912
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	1.549.999	1.464.432
Tesouro Nacional.....		468	556
BNDES.....		1.395.929	1.333.988
FINAME.....		153.602	129.888
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	416	6.405
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		416	6.405
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	745.417	736.841
Repasses do Exterior.....		745.417	736.841
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		8.597.123	9.935.952
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	3.983.648	5.005.676
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	1.194.110	1.128.249
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 18)	1.455.982	1.332.382
Diversas.....	(Nota 16.i)	1.963.383	2.469.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	(Nota 19)	3.039.830	2.683.751
CAPITAL.....		2.437.000	2.142.000
De Domiciliados no País.....		2.437.000	2.142.000
RESERVAS DE REAVLIAÇÃO.....		20.610	22.904
RESERVAS DE LUCROS.....		590.649	425.494
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....		(8.045)	(218.392)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....		-	312.129
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO.....		33.817.503	31.888.888

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		2.019.669	3.710.087	3.804.675
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	996.557	1.852.087	2.178.178
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	885.445	1.571.906	1.326.736
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	57.559	108.779	109.979
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	66.719	149.888	165.449
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	11.229	19.976	19.508
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		2.160	7.451	4.825
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.356.113)	(2.709.910)	(2.603.574)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(577.413)	(1.059.657)	(991.525)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(474.140)	(949.663)	(997.251)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		-	-	(2)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(304.560)	(700.590)	(614.796)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		663.556	1.000.177	1.201.101
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(298.609)	(448.959)	(639.079)
Receitas de Prestação de Serviços.....		772.826	1.602.674	1.391.602
Rendas de Tarifas Bancárias.....		17.642	32.603	29.057
Despesas de Pessoal:				
Despesas de Pessoal.....		(588.611)	(1.116.935)	(1.006.809)
Benefícios Pós- Emprego.....		(86.003)	(157.616)	(142.899)
Outras Despesas Administrativas.....		(441.079)	(825.507)	(824.986)
Despesas Tributárias.....		(112.228)	(218.792)	(215.202)
Outras Receitas Operacionais.....		657.918	1.377.743	1.431.569
Outras Despesas Operacionais.....		(519.074)	(1.143.129)	(1.301.411)
RESULTADO OPERACIONAL		364.947	551.218	562.022
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		4.983	5.066	3.310
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		369.930	556.284	565.332
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(194.226)	(166.470)	320.779
Provisão para Imposto de Renda.....		(6.923)	(140.671)	(259.015)
Provisão para Contribuição Social		(6.898)	(89.785)	(163.252)
Ativo Fiscal Diferido.....		(180.405)	63.986	743.046
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(15.375)	(29.457)	(65.619)
LUCRO LÍQUIDO.....		160.329	360.357	820.492
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(50.019)	(117.819)	(132.273)
Nº de Ações (em mil)		87.002	87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		1,84	4,14	9,43

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2011	2.010.000	-	25.198	104.636	132.862	7.038	50.149	-	(384)	2.329.499
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							43.588			43.588
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reserva:										
Transferência p/Aumento de Capital.....		132.000			(132.000)					-
Incorporação ao Capital.....	132.000	(132.000)								-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(3.824)					3.824		-
Encargos Tributários.....			1.530					(1.530)		-
OUTROS (Transferência para Pagamento JCP e Dividendos).....						(68.559)				(68.559)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								508.363		508.363
Destinações:										
Reservas.....				25.418	294.578			(319.996)		-
Dividendos e JCP.....								(128.996)		(128.996)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....						61.521		(61.521)		-
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Exercício).....								(144)		(144)
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000	-	22.904	130.054	295.440	-	93.737	-	(384)	2.683.751
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (Ganhos e Perdas Atuariais - Adoção da Delib. CVM 695)	-	-	-	-	-	-	(312.129)	312.129	-	-
SALDOS EM 31.12.2012 AJUSTADO	2.142.000	-	22.904	130.054	295.440	-	(218.392)	312.129	(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	132.000	-	(2.294)	25.418	162.578	(7.038)	(268.541)	312.129	-	354.252
SALDOS EM 31.12.2012 AJUSTADO	2.142.000	-	22.904	130.054	295.440	-	(218.392)	312.129	(384)	2.683.751
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(348.124)			(348.124)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							558.471			558.471
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reserva:										
Transferência p/Aumento de Capital.....		295.000			(295.000)					-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(3.824)					3.824		-
Encargos Tributários.....			1.530					(1.530)		-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								360.357		360.357
Destinações:										
Reservas.....				18.018	426.763			(444.781)		-
Dividendos e JCP.....						(50.435)		(125.729)		(176.164)
Provisão para Dividendos /JCP.....								(38.364)		(38.364)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....						65.809		(65.809)		-
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Exercício).....								(97)		(97)
SALDOS EM 31.12.2013	2.142.000	295.000	20.610	148.072	427.203	15.374	(8.045)	-	(384)	3.039.830
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	295.000	(2.294)	18.018	131.763	15.374	210.347	(312.129)	-	356.079
SALDOS EM 30.06.2013	2.142.000	295.000	21.757	140.055	327.482	50.435	(458.031)	-	(384)	2.518.314
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(146.281)			(146.281)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							596.267			596.267
OUTROS EVENTOS:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(1.912)					1.912		-
Encargos Tributários.....			765					(765)		-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								160.329		160.329
Destinações:										
Reservas.....				8.017	99.721			(107.738)		-
Dividendos e JCP.....						(50.435)				(50.435)
Provisão para Dividendos /JCP.....								(38.364)		(38.364)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....						15.374		(15.374)		-
SALDOS EM 31.12.2013	2.142.000	295.000	20.610	148.072	427.203	15.374	(8.045)	-	(384)	3.039.830
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(1.147)	8.017	99.721	(35.061)	449.986	-	-	521.516

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º Sem/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
Lucro Líquido do Período.....	160.329	360.357	820.492
Ajustes ao Lucro:			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	18.436	35.411	29.212
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(62)	(65)	(404)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	295.555	686.142	581.565
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	9.005	14.448	33.231
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	169.405	560.932	699.670
Provisão para Passivos Contingentes.....	162.628	181.837	108.229
Provisão Benefícios pós-emprego-Deliberação CVM 695	86.003	157.616	142.899
Despesas de Outras Provisões Operacionais.....	6.328	8.967	8.676
Reversão de Provisões Operacionais	(11.391)	(22.214)	(121.689)
Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	65.597	123.600	116.062
Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	70.882	146.202	137.139
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	(88.799)	(214.625)	(129.140)
Resultados de Exercícios Futuros.....	-	-	(16)
Lucro Líquido Ajustado.....	943.916	2.038.608	2.425.926
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(124.700)	(3.184)	(24.915)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(51.858)	(63.918)	(43.954)
Operações de Crédito.....	(458.575)	(410.196)	(515.564)
Outros Créditos.....	145.085	140.586	(771.008)
Outros Valores e Bens.....	(807)	(1.399)	(7.628)
Depósitos.....	(389.860)	1.170.007	856.939
Captações no Mercado Aberto	205.645	357.080	116.142
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	68.859	93.021	630.638
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	104.773	75.150	245.631
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(81.976)	(151.603)	(161.285)
Outras Obrigações.....	(819.534)	(855.984)	2.224.335
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(120.703)	(417.638)	(274.157)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(579.735)	1.970.530	4.701.100
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e Valores Mobiliários	(190.249)	(964.566)	(947.058)
Ganhos e Perdas Atuariais.....	596.267	558.471	(312.129)
Inversões em Investimentos.....	(40)	(105)	(157)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(13.392)	(58.210)	(42.085)
Inversões em Intangível.....	(12.308)	(12.308)	-
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(197)	(369)	(409)
Alienação de Investimentos.....	-	-	6
Alienação de Imobilizado de Uso.....	745	1.170	303
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	398	479	957
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	381.224	(475.438)	(1.300.572)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(176.163)	(241.996)	(130.134)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(176.163)	(241.996)	(130.134)
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(374.674)	1.253.096	3.270.394
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No Início do Período.....	8.083.857	6.456.087	3.185.693
No Fim do Período.....	7.709.183	7.709.183	6.456.087
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(374.674)	1.253.096	3.270.394

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2013	%	31.12.2013	%	31.12.2012	%
RECEITAS	2.649.404		4.884.455		4.744.006	
Intermediação Financeira	2.019.669		3.710.087		3.804.675	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	790.468		1.635.277		1.420.659	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(304.560)		(700.590)		(614.796)	
Outras Receitas/Despesas	143.827		239.681		133.468	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.051.553)		(2.009.320)		(1.988.778)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(413.475)		(772.826)		(782.858)	
Materiais, Energia e Outros	(32.593)		(66.784)		(62.301)	
Serviços de Terceiros	(207.947)		(393.279)		(355.117)	
Outras	(172.935)		(312.763)		(365.440)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(89.968)		(164.962)		(176.059)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(20.163)		(27.452)		(43.910)	
Transportes	(9.423)		(18.824)		(16.568)	
Segurança	(16.235)		(29.899)		(23.706)	
Viagens	(8.021)		(14.597)		(15.475)	
Outras	(29.125)		(57.029)		(89.722)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.184.376		2.102.309		1.972.370	
RETENÇÕES	(18.436)		(35.411)		(29.212)	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(18.436)		(35.411)		(29.212)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.165.940		2.066.898		1.943.158	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.165.940		2.066.898		1.943.158	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.165.940		2.066.898		1.943.158	
PESSOAL	596.436	51,2	1.127.319	54,5	1.055.704	54,3
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	408.503	35,0	777.935	37,6	737.952	38,0
Proventos	393.128		748.478		672.333	
Participação nos lucros	15.375		29.457		65.619	
BENEFÍCIOS	157.807	13,5	292.464	14,1	266.371	13,7
Provisões (Benefícios pós-emprego)	86.003		157.616		142.899	
Benefícios - Outros	71.804		134.848		123.472	
FGTS	30.126	2,6	56.920	2,8	51.381	2,6
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	400.007	34,3	561.952	27,2	54.045	2,8
Federais	391.106		544.570		38.392	
Estaduais	70		86		53	
Municipais	8.831		17.296		15.600	
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	9.168	0,8	17.270	0,8	12.917	0,7
Aluguéis	9.168		17.270		12.917	
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	160.329	13,8	360.357	17,4	820.492	42,2
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	50.019	4,3	117.819	5,7	132.273	6,8
União	47.199		111.016		124.501	
Outros	2.820		6.803		7.772	
DIVIDENDOS	3.720	0,3	112.180	5,4	58.388	3,0
União	3.501		105.589		54.958	
Outros	219		6.591		3.430	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	106.590	9,1	130.358	6,3	629.831	32,4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefício Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009); e
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de software que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.c).

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A entrada em vigor da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, a partir de janeiro de 2013, proporcionou mudança de prática na contabilização dos benefícios pós-emprego. Dentre as principais alterações ocorridas e com efeitos nas demonstrações financeiras do Banco destacam-se: (i) alteração na política adotada para estimativa do retorno esperado sobre o valor justo dos ativos de cobertura das obrigações com benefícios pós-emprego e (ii) alteração na forma de cálculo dos juros líquidos sobre o passivo/(ativo) de benefício definido, com introdução dos juros sobre efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável.

Reapresentação de Saldos Comparativos

As Informações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela apuração das perdas atuariais do período, utilizando-se as melhores estimativas a partir dos dados disponíveis para cálculos da espécie, e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios pós-emprego, na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012.

Os efeitos dessa reapresentação estão resumidos a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros ou Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	-	312.129	312.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽²⁾	93.737	(312.129)	(218.392)

⁽¹⁾ O ajuste em Lucros ou Prejuízos Acumulados refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

⁽²⁾ A alteração registrada em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” refere-se ao valor da perda atuarial apurada, reconhecida originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesas de Pessoal ⁽¹⁾	(1.461.837)	312.129	(1.149.708)
Benefício Pós-Emprego	(455.028)	312.129	(142.899)
Lucro Líquido ⁽¹⁾	508.363	312.129	820.492

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste registrado na rubrica “Despesas de Pessoal” decorrente do valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido ⁽¹⁾	508.363	312.129	820.492
Ganhos ou Perdas Atuariais ⁽²⁾	-	(312.129)	(312.129)

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste registrado na rubrica “Despesas de Pessoal” decorrente do valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado na conta “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do Período ⁽¹⁾	508.363	312.129	820.492
Provisão (Benefícios pós-emprego) ⁽²⁾	455.028	(312.129)	142.899
Ganhos e Perdas Atuariais ⁽³⁾	-	(312.129)	(312.129)
Outras Obrigações ⁽⁴⁾	1.912.206	312.129	2.224.335

⁽¹⁾ O ajuste registrado no Lucro Líquido refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ A alteração em “Provisão (Benefícios pós-emprego)” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽³⁾ O registro em “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽⁴⁾ A alteração em “Outras Obrigações” decorre de evidenciação do valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros ou Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	-	312.129	312.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽²⁾	93.737	(312.129)	(218.392)

⁽¹⁾ O ajuste registrado na conta "Lucros ou Prejuízos do Período" refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado na conta "Ganhos e Perdas Atuariais" refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31 de Dezembro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Benefícios ⁽¹⁾	578.501	(312.129)	266.372
Lucros Retidos no Período ⁽²⁾	317.702	312.129	629.831

⁽¹⁾ O ajuste realizado em Benefícios refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado em Lucros Retidos no Período refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2013 e 31.12.2012.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	2º Sem/2013			01.01 a 31.12.2013			01.01 a 31.12.2012		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.791.114	891.456	2.682.570	3.410.156	1.682.739	5.092.895	3.737.207	1.502.347	5.239.554
Receitas de Operações de Crédito	996.557	-	996.557	1.852.087	-	1.852.087	2.178.178	-	2.178.178
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	509.040	376.405	885.445	892.151	679.755	1.571.906	747.409	579.327	1.326.736
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	57.559	-	57.559	108.779	-	108.779	109.979	-	109.979
Resultado de Operações de Câmbio	66.719	-	66.719	149.888	-	149.888	165.449	-	165.449
Resultado de Aplicações Compulsórias	11.229	-	11.229	19.976	-	19.976	19.508	-	19.508
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	2.160	-	2.160	7.451	-	7.451	4.825	-	4.825
Outras Receitas	147.850	515.051	662.901	379.824	1.002.984	1.382.808	511.859	923.020	1.434.879
Despesas	(996.651)	(669.895)	(1.666.546)	(2.062.492)	(1.353.969)	(3.416.461)	(2.076.779)	(1.282.766)	(3.359.545)
Despesas de Captação no Mercado	(577.413)	-	(577.413)	(1.059.657)	-	(1.059.657)	(991.525)	-	(991.525)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(114.678)	(359.462)	(474.140)	(300.505)	(649.158)	(949.663)	(443.992)	(553.259)	(997.251)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(304.560)	(169.404)	(473.964)	(700.590)	(560.931)	(1.261.521)	(614.796)	(699.671)	(1.314.467)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	(140.977)	(140.977)	(1.740)	(143.531)	(145.271)	(26.464)	(29.633)	(56.097)
Provisão Proagro a Receber	-	(52)	(52)	-	(349)	(349)	-	(203)	(203)
Margem Financeira	794.463	221.561	1.016.024	1.347.664	328.770	1.676.434	1.660.428	219.581	1.880.009
Rendas de Prestação de Serviços	146.780	626.046	772.826	296.176	1.306.498	1.602.674	253.812	1.137.790	1.391.602
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	17.642	-	17.642	32.603	-	32.603	29.057	-	29.057
Pasep e Cofins	(46.596)	(55.745)	(102.341)	(88.067)	(112.183)	(200.250)	(98.029)	(99.899)	(197.928)
Resultado após Tarifas e Comissões	912.289	791.862	1.704.151	1.588.376	1.523.085	3.111.461	1.845.268	1.257.472	3.102.740
Despesas Administrativas			(1.115.694)			(2.100.058)			(1.974.694)
Despesas de Pessoal			(674.614)			(1.274.551)			(1.149.708)
Depreciação e Amortização			(18.435)			(35.410)			(29.212)
Outras Despesas Administrativas			(422.645)			(790.097)			(795.774)
Outras Despesas			(190.499)			(409.536)			(501.667)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(28.028)			(45.583)			(61.047)
Lucro antes da Tributação e Participações			369.930			556.284			565.332
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(194.226)			(166.470)			320.779
Participações no Lucro			(15.375)			(29.457)			(65.619)
Lucro Líquido			160.329			360.357			820.492

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 25 (R\$ 233 em 31.12.2012) compõem o saldo de Outras Despesas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades em Moeda Nacional	153.121	118.242
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.788	3.611
Total da Disponibilidade de Caixa	155.909	121.853
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.553.274	6.334.234
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)	7.709.183	6.456.087

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
a) Aplicações no Mercado Aberto	7.606.592	6.384.020
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	7.553.274	6.227.215
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	53.318	156.805
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	130.473	130.821
Aplicações em Moeda Estrangeira	46.764	23.801
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	83.709	107.020
Total	7.737.065	6.514.841
Saldo de Curto Prazo	7.737.065	6.514.841

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	349.811	601.452	394.521
Posição Bancada	346.704	593.982	383.984
Posição Financiada	3.107	7.470	10.537
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	3.709	5.429	18.311
Total	353.520	606.881	412.832

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Títulos Disponíveis para Venda	11.642.248	11.028.442
Títulos Mantidos até o Vencimento	23.717	21.081
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	338.048	193.640
Total	12.004.013	11.243.163
Saldo de Curto Prazo	690.164	459.453
Saldo de Longo Prazo	11.313.849	10.783.710

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2013					31.12.2012				
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Nível de Mensuração do Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Nível de Mensuração do Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa	11.612.627	11.190.805	(421.822)			10.332.613	10.494.910	162.297		
Letras Financeiras do Tesouro	8.277.985	8.281.099	3.114	2014 a 2018	Nível 1	7.904.113	7.904.764	651	2013 a 2018	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	12	12	-	2014	Nível 1	11	11	-	2014	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	1.219.825	1.115.050	(104.775)	2050	Nível 1	1.155.266	1.562.643	407.377	2050	Nível 1
Letras Financeiras	1.333.889	1.294.421	(39.468)	2014 a 2019	Nível 3	477.168	447.406	(29.762)	2014 a 2016	Nível 3
Debêntures	747.118	495.281	(251.837)	2014 a 2019	Nível 3	760.074	572.019	(188.055)	2014 a 2018	Nível 3
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	-	-	-	-		2.709	2.622	(87)	2013	Nível 3
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.288	4.747	(1.541)	2027	Nível 2	6.755	5.231	(1.524)	2027	Nível 2
Títulos Públicos Federais – Outros	27.248	-	(27.248)	1993	Nível 3	26.237	-	(26.237)	1993	Nível 3
Títulos da Dívida Agrária	262	195	(67)	2014 a 2022	Nível 2	280	214	(66)	2013 a 2022	Nível 2
Cotas de Fundos de Investimentos	10.360	8.983	(1.377)			15.569	14.211	(1.358)		
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.377	-	(1.377)	Sem Vencimento	Nível 3	1.358	-	(1.358)	2014	Nível 3
Cotas de FIDC	7.286	7.286	-	2014	Nível 2	13.850	13.850	-	2014	Nível 2
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.403	1.403	-	2100	Nível 2	-	-	-		
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	251	251	-	Sem Vencimento	Nível 2	221	221	-	Sem Vencimento	Nível 2
Fundo de Garantia de Operações - FGO	43	43	-	Sem Vencimento	Nível 2	140	140	-	Sem Vencimento	Nível 2
Títulos de Renda Variável	140.298	140.102	(196)			140.298	136.579	(3.719)		
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	148	(202)	Sem Vencimento	Nível 1	350	218	(132)	Sem Vencimento	Nível 1
Ações de Companhias Abertas	139.948	139.954	6	Sem Vencimento	Nível 1	139.948	136.361	(3.587)	Sem Vencimento	Nível 1
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	302.941	302.358	(583)			383.734	382.742	(992)		
Letras Financeiras do Tesouro	302.151	302.281	130	2015 a 2018	Nível 1	379.297	379.358	61	2013 a 2018	Nível 1
Títulos Públicos Federais – Nuclebras	690	-	(690)	1993	Nível 3	664	-	(664)	1993	Nível 3
Títulos Públicos Federais – CVSB	100	77	(23)	2027	Nível 2	108	85	(23)	2027	Nível 2
Debêntures	-	-	-			3.665	3.299	(366)	2018	Nível 3
Total da Categoria	12.066.226	11.642.248	(423.978)			10.872.214	11.028.442	156.228		
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	209.602	-	-	-	-	134.442	-	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(40.011)	-	-	-	-	(196.933)	-	-
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(254.387)	-	-	-	-	93.737	-	-

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 160.763 (R\$ 148.277 em 31.12.2012); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.816 (R\$ 1.678 em 31.12.2012); Garantias em Processos Judiciais R\$ 123.245 (R\$ 217.510 em 31.12.2012); e Demais Garantias R\$ 16.534 (R\$ 15.277 em 31.12.2012).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$ (423.978) (R\$ 156.228 em 31.12.2012). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (254.387) (R\$ 93.737 em 31.12.2012).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2013			31.12.2012		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	23.717	23.710		21.081	21.068	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2015	2.020	2.020	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	102	95	2014	247	234	2013 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	12.579	12.579	2017	11.974	11.974	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	860	860	2023	-	-	-
FIP Brasil Agronegócios	8.156	8.156	2018	6.840	6.840	2018
Total da Categoria	23.717	23.710		21.081	21.068	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) Níveis de Mensuração do Valor de Mercado

- **Nível 1:** preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e BM&FBovespa;
- **Nível 2:** valor de mercado calculado com base na taxa de ágio ou deságio praticada na última negociação do papel no mercado secundário, ocorrida no período de 3 meses anteriores à data base da marcação à mercado;
- **Nível 3:** valor de mercado obtido com base em modelo próprio de precificação, no qual o fluxo de caixa dos ativos é calculado a partir das taxas contratuais e trazido a valor presente por um fator de desconto composto pela taxa de mercado e por uma taxa de desconto em função da baixa liquidez. O valor obtido é deduzido de um percentual correspondente ao risco de crédito do emissor do ativo.

a.5) Conciliação do saldo inicial e final dos títulos e valores mobiliários mensurados de acordo com o nível 3

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2012	447.406	572.019
Compras	775.000	43.012
Vendas	-	(54.561)
Lucro ⁽¹⁾	-	37
Liquidações	(4.246)	(65.095)
Renda do Período	85.967	67.736
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	-	(4.085)
Varição ajuste a valor de mercado ⁽²⁾	(9.706)	(63.782)
Saldo em 31.12.2013	1.294.421	495.281

⁽¹⁾ Ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros mantidos em carteira em 31.12.2013.

⁽²⁾ Ganhos ou perdas reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

a.6) No exercício de 2013 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	349.811	601.452	394.521
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	3.709	5.429	18.311
Títulos de Renda Fixa	528.816	957.563	907.097
Títulos de Renda Variável	3.109	7.462	6.807
Total	885.445	1.571.906	1.326.736

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2013, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme demonstrado nos quadros abaixo. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os critérios descritos para o nível 2 constante da sub-alínea a.4 desta Nota. No exercício de 2013 não houve reclassificação de nível para esses instrumentos.

Composição em 31.12.2013									
Especificação	Vr. Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	335.847	-	317.087	-	18.760	-	18.760	
Posição Passiva									
Taxa Prefixada	69.654	2.201	1.394	-	1.973	2.829	50	2.779	
Total	1.157.289	338.048	1.394	317.087	1.973	21.589	50	21.539	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								20	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								8.636	

Composição em 31.12.2012									
Especificação	Vr. Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	193.611	-	137.066	56.545	56.545	-	56.545	
Posição Passiva									
Taxa Prefixada	194.672	29	8.589	-	(5.498)	109	5.607	(5.498)	
Total	1.282.307	193.640	8.589	137.066	51.047	56.654	5.607	51.047	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								2.242	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(22.662)	

Especificação	31.12.2013		31.12.2012	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	322	-	402
3 a 12 meses	81	656	-	1.782
1 a 3 anos	206.512	416	121.537	5.198
3 a 5 anos	216	-	29	1.207
5 a 15 anos	131.239	-	72.074	-
Total	338.048	1.394	193.640	8.589

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2013				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.420.740	1.103.652	1.476.038	1.140.190	18.760
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.414.194		1.476.412		62.218
Crédito Tributário (Nota 21.b)					24.887

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 1.233 sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2012				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.236.368	1.099.301	1.325.291	1.131.679	56.545
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.233.631		1.325.882		92.251
Crédito Tributário (Nota 21.b)					36.901

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 1.076 sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do período.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a

designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	82.567	84.540	84.390	83.584	2.779

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	213.189	216.250	218.139	226.698	(5.498)

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
<i>Swap</i>	57.559	108.779	109.979
Total	57.559	108.779	109.979

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2013			31.12.2012		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	312.541	-	312.541	262.606	-	262.606
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	38.579	-	38.579	43.768	-	43.768
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	63.321	(24.067)	39.254	60.045	(22.889)	37.156
Tesouro Nacional - Crédito Rural	15.524	(478)	15.046	7.370	(1.176)	6.194
Total	429.965	(24.545)	405.420	373.789	(24.065)	349.724
Saldo de Curto Prazo	366.090	(478)	365.612	313.741	(1.176)	312.565
Saldo de Longo Prazo	63.875	(24.067)	39.808	60.048	(22.889)	37.159

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	9.575	16.822	14.559
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.720	3.276	3.153
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	24	193	63
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(90)	(315)	1.733
Total	11.229	19.976	19.508

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2013		31.12.2012	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.124.768	(876.385)	11.323.086	(798.757)
Curto Prazo	4.751.089	(385.214)	5.199.136	(423.675)
Longo Prazo	6.373.679	(491.171)	6.123.950	(375.082)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	552.814	(17.389)	699.792	(34.225)
Curto Prazo	508.210	(17.389)	607.699	(29.913)
Longo Prazo	44.604	-	92.093	(4.312)
Total	11.677.582	(893.774)	12.022.878	(832.982)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos a Depositantes	89	273
Empréstimos	4.962.233	5.038.759
Títulos Descontados	54.190	95.074
Financiamentos	2.093.478	2.019.435
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	236.532	334.816
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	384.355	443.895
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.620.354	1.575.278
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.773.294	1.815.313
Subtotal de Operações de Crédito	11.124.768	11.323.086
Avais e Fianças Honrados	-	16
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.181	13.335
Devedores por Compra de Valores e Bens	6.357	1.545
Títulos e Créditos a Receber	7.002	33.314
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	473.046	540.285
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	55.228	111.297
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	552.814	699.792
Total	11.677.582	12.022.878

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Empréstimos e Títulos Descontados	471.666	869.298	914.713
Financiamentos	276.001	586.678	651.418
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	89.658	156.598	499.965
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	158.928	238.727	111.356
Outros Valores	304	786	726
Total	996.557	1.852.087	2.178.178

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2013	Total em 31.12.2012
Rural	6.610	6.733	2.115	22.261	56.478	1.479.868	1.574.065	1.537.264
Indústria	58.622	76.388	55.319	144.031	367.264	1.436.719	2.138.343	2.141.798
Governo	9.215	15.738	22.789	31.851	79.254	1.211.833	1.370.680	1.365.420
Outros Serviços	573.522	563.039	458.731	930.478	448.204	1.497.784	4.471.758	4.366.458
Comércio	76.770	88.292	70.763	407.558	330.960	452.213	1.426.556	1.490.195
Intermediários Financeiros	2.727	2.654	2.693	7.582	14.697	54.859	85.212	217.446
Habitação	1.003	847	709	1.220	289	269	4.337	3.825
Pessoas Físicas	5.746	3.471	3.294	9.697	3.433	8.058	33.699	53.071
Total	734.215	757.162	616.413	1.554.678	1.300.579	6.141.603	11.104.650	11.175.477

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.12.2013	Total em 31.12.2012
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	272	1.762	123	1.418	1.053	5.397	10.025	17.518
Indústria	2.694	2.498	2.360	8.880	15.203	43.107	74.742	99.722
Outros Serviços	7.144	6.646	5.140	11.170	17.309	170.713	218.122	165.980
Comércio	3.978	4.631	3.560	10.150	15.929	29.570	67.818	103.306
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	2.292
Habitação	4	2	2	3	2	1	14	44
Pessoas Físicas	188	263	178	2.377	3.050	5.213	11.269	4.207
Total	14.280	15.802	11.363	33.998	52.546	254.001	381.990	393.069

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.12.2013	Total em 31.12.2012
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	76	683	1.153	4.059	10.190	11.499	21.250	48.910	35.369
Indústria	562	3.613	2.915	1.800	5.445	12.254	789	27.378	159.609
Outros Serviços	747	9.265	7.172	6.441	15.261	27.674	63	66.623	153.701
Comércio	1.506	3.513	5.401	3.413	9.182	15.334	406	38.755	95.897
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	4.594
Habitação	-	2	5	6	3	14	-	30	22
Pessoas Físicas	22	685	1.090	1.036	2.339	3.903	171	9.246	5.140
Total	2.913	17.761	17.736	16.755	42.420	70.678	22.679	190.942	454.332

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2013				31.12.2012			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.956.011	-	3.956.011	-	3.227.863	-	3.227.863	-
A	4.146.203	-	4.146.203	20.731	4.606.780	-	4.606.780	23.034
B	1.979.895	26.162	2.006.057	20.061	2.195.279	30.772	2.226.051	22.260
C	364.117	25.798	389.915	11.697	539.012	162.347	701.359	21.041
D	68.107	20.190	88.297	8.830	140.787	61.917	202.704	20.270
E	133.034	133.034	266.068	79.820	127.966	148.345	276.311	82.893
F	20.924	38.427	59.351	29.676	133.261	64.891	198.152	99.076
G	119.494	22.908	142.402	99.681	13.973	50.194	64.167	44.917
H	316.865	306.413	623.278	623.278	190.556	328.935	519.491	519.491
Total	11.104.650	572.932	11.677.582	893.774	11.175.477	847.401	12.022.878	832.982

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	832.982	630.060
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	700.422	614.291
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(639.630)	(411.369)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	893.774	832.982
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.569	46.064
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	431	599
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(523)	(94)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.477	46.569
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	940.251	879.551

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	295.555	686.142	581.565
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	8.968	14.280	32.726
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	304.523	700.422	614.291
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	131	262	505
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(94)	(94)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	304.560	700.590	614.796

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 238.726 (R\$ 111.356 em 31.12.2012) e as renegociações importaram em R\$ 914.516 (R\$ 731.498 em 31.12.2012).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2013, um efeito positivo no valor de R\$ 131.958 (R\$ 81.192 em 31.12.2012), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Efetivação de Rendas	27.800	50.889	32.052
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	11.409	23.213	28.828
Despesas com Deságios	(2.069)	(4.746)	(7.138)
Efeito Líquido de Provisões	44.182	62.602	27.450
Total	81.322	131.958	81.192

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	15
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	540.994	592.978
c) Rendas a Receber	27.617	25.434
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.493.744	2.364.301
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.032.755	954.532
Créditos Tributários-TVM , Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 21.b)	234.509	173.585
Devedores por Depósitos em Garantia	664.381	683.936
Impostos e Contribuições a Compensar	243.490	208.888
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	223.033	200.754
Outros Valores	20.457	8.134
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	7.002	33.314
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	55.228	111.298
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.694	1.650
Pagamentos a Ressarcir	8.931	9.905
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	9.705	3.687
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	20.133	7.793
Outros Valores	188.168	148.965
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(63.866)	(80.794)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(17.389)	(34.225)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.477)	(46.569)
Total	2.998.493	2.901.938
Saldo de Curto Prazo	2.004.904	2.100.029
Saldo de Longo Prazo	993.589	801.909

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	520.631	561.941
Direitos sobre Vendas de Câmbio	10.057	21.677
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(875)	(3.975)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.181	13.335
Ativo Circulante (Nota 10.b)	540.994	592.978
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	473.873	550.656
Câmbio Vendido a Liquidar	10.003	21.637
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(473.046)	(540.285)
Passivo Circulante (Nota 16.c)	10.830	32.008

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2013	01.01. a 31.12.2013	01.01. a 31.12.2012
Rendas de Câmbio	66.988	150.434	166.102
Despesas de Câmbio	(269)	(546)	(653)
Total	66.719	149.888	165.449

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.12.2013			31.12.2013		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	944	(293)	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.068	105	-	1.173	1.173	-	1.173
Total	1.720	105	-	1.825	2.117	(293)	1.825

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.12.2013				31.12.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	105.813	7.860	(197)	(9.912)	103.564	248.266	(144.702)	-	103.564
Sistema de Processamento de Dados	30.833	32.380	(352)	(14.219)	48.642	111.593	(62.951)	-	48.642
Móveis e Equipamentos de Uso	23.099	10.984	(513)	(5.115)	28.455	64.469	(36.014)	-	28.455
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	6.681	1.381	(3)	(1.482)	6.577	18.271	(11.694)	-	6.577
Sistema de Comunicação	114	16	(17)	(23)	90	380	(290)	-	90
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	5.209	1.079	-	-	6.288	6.288	-	-	6.288
Sistema de Segurança	6.638	4.508	(88)	(1.378)	9.680	17.901	(8.221)	-	9.680
Sistema de Transporte	3.494	2	-	(2.824)	672	16.122	(15.450)	-	672
Total	198.906	58.210	(1.170)	(34.953)	220.993	500.315	(279.322)	-	220.993

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção

⁽²⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.12.2013				31.12.2013			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	936	-	-	(458)	478	2.008	(1.530)	-	478
Total	936	-	-	(458)	478	2.008	(1.530)	-	478

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 31.12.2013			31.12.2013				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos com Intangíveis em Elaboração	-	12.308	-	-	12.308	12.308	-	-	12.308
Total	-	12.308	-	-	12.308	12.308	-	-	12.308

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo intangível

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Distribuição dos Depósitos e Captações no Mercado por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2013	Total em 31.12.2012
Depósitos a Vista	239.768	4.407	8.819	-	-	-	252.994	134.018
Depósitos em Moeda Nacional	235.298	-	-	-	-	-	235.298	110.836
Depósitos em Moeda Estrangeira	4.470	4.407	8.819	-	-	-	17.696	23.182
Depósitos de Poupança	1.872.563	-	-	-	-	-	1.872.563	1.615.970
Depósitos Interfinanceiros	458.675	315.980	61.116	41.595	-	-	877.366	672.027
Depósitos a Prazo	1.593.886	1.425.498	3.076.360	587.128	1.157.310	148.341	7.988.523	7.399.424
Depósitos a Prazo	793.518	1.363.647	2.537.702	380.814	980.381	126.808	6.182.870	5.411.838
Depósitos Judiciais com Remuneração	777.003	-	-	-	-	-	777.003	741.822
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	373.723	67.012	67.012	-	507.747	584.007
FAT- Recursos Disponíveis	3.421	9.141	14.096	11.883	9.394	1.840	49.775	101.634
FAT- Recursos Aplicados	19.536	52.710	150.839	127.164	100.523	19.693	470.465	559.375
Outros	408	-	-	255	-	-	663	748
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	5.106	14.382	727.434	-	740.344	-	1.487.266	1.394.245
Eurobonds	-	9.867	727.434	-	740.344	-	1.477.645	1.326.958
LCA - Letras de Crédito Agrário	5.106	4.515	-	-	-	-	9.621	67.287
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	78.471	-	-	-	1.194.110	1.272.581	1.202.392
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.455.982	1.455.982	1.332.382
Total	4.169.998	1.838.738	3.873.729	628.723	1.897.654	2.798.433	15.207.275	13.750.458
Saldo de Curto Prazo							6.008.736	4.922.557
Saldo de Longo Prazo							9.198.539	8.827.901

b) Depósitos

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos a Vista	252.994	134.018
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	17.696	23.182
Depósitos de Governos	15.062	14.256
Depósitos Vinculados	143.942	61.875
Pessoas Jurídicas	59.181	21.824
Pessoas Físicas	15.631	11.548
Outros Valores	1.482	1.333
Depósitos de Poupança	1.872.563	1.615.970
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.172.247	987.872
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	699.694	627.331
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	622	767
Depósitos Interfinanceiros	877.366	672.027
Depósitos a Prazo	7.988.523	7.399.424
Depósitos a Prazo	6.182.870	5.411.838
Depósitos Judiciais com Remuneração	777.003	741.822
Outros Depósitos a Prazo	1.028.650	1.245.764
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27 e Nota 29)	49.775	101.634
Proger Urbano	4.217	4.416
Protrabalho	1.208	2.049
Infraestrutura	29.018	37.398
Estiagem	-	161
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	15.332	57.610
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27 e Nota 29)	470.465	559.375
Proger Urbano	37.464	63.028
Protrabalho	110.088	133.046
Infraestrutura	174.821	214.391
Estiagem	-	7.126
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	148.092	141.784
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	507.747	584.007
Outros Valores	663	748
Total	10.991.446	9.821.439
Saldo de Curto Prazo	5.910.777	4.772.938
Saldo de Longo Prazo	5.080.669	5.048.501

c) **Captação no Mercado Aberto**

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Carteira Própria	1.124.278	663.719
Letras Financeiras do Tesouro	1.124.278	663.719
Carteira de Terceiros	53.317	156.796
Letras Financeiras do Tesouro	-	156.796
Notas do Tesouro Nacional	53.317	-
Total	1.177.595	820.515
Saldo de Curto Prazo	1.127.212	738.598
Saldo de Longo Prazo	50.383	81.917

d) **Despesa de Captação no Mercado**

Especificação	2º Sem/2013	01.01. a 31.12.2013	01.01. a 31.12.2012
Despesas de Captações	(527.240)	(976.301)	(923.523)
Depósitos a Prazo	(272.519)	(468.730)	(402.318)
Depósitos de Poupança	(39.472)	(72.255)	(64.939)
Depósitos Judiciais	(29.434)	(52.959)	(47.144)
Depósitos Interfinanceiros	(16.084)	(26.106)	(16.074)
Depósitos Especiais	(38.513)	(73.440)	(87.712)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(125.182)	(271.318)	(295.639)
Outros Depósitos	(6.036)	(11.493)	(9.697)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(50.173)	(83.356)	(68.002)
Carteira de Terceiros	(3.114)	(7.529)	(10.525)
Carteira Própria	(47.059)	(75.827)	(57.477)
Total	(577.413)	(1.059.657)	(991.525)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) **Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2013	Total em 31.12.2012
Empréstimos no País	-	19.416	-	-	-	-	19.416	35.824
Empréstimos no Exterior	141.904	615.956	-	-	-	-	757.860	808.277
Repasses do País	43.085	113.757	317.960	362.156	668.282	201.601	1.706.841	1.586.201
Repasses do Exterior	17.067	84.046	196.547	196.546	352.324	-	846.530	825.195
Total	202.056	833.175	514.507	558.702	1.020.606	201.601	3.330.647	3.255.497
Saldo de Curto Prazo							1.035.231	1.036.312
Saldo de Longo Prazo							2.295.416	2.219.185

b) **Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	19.416	35.824
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	757.860	808.277
Total		777.276	844.101
Saldo de Curto Prazo		777.276	826.189
Saldo de Longo Prazo		-	17.912

c) **Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2013	31.12.2012
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	698	809
BNDDES		1.528.337	1.435.621
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.173.699	1.060.969
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	354.638	374.652
Finame		177.806	149.771
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	159.659	132.471
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	18.147	17.300
Total (Nota 29.a.1)		1.706.841	1.586.201
Saldo de Curto Prazo		156.842	121.769
Saldo de Longo Prazo		1.549.999	1.464.432

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2013	31.12.2012
BID-Produtor I	USD + 2,30	407.281	414.436
BID-Produtor II	USD + 1,14	432.274	403.862
BID-Outros Programas	USD + 1,14	6.975	6.690
Outros Programas	USD + 6,0	-	207
Total		846.530	825.195
Saldo de Curto Prazo		101.113	88.354
Saldo de Longo Prazo		745.417	736.841

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2013	01.01. a 31.12.2013	01.01. a 31.12.2012
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(927)	(2.332)	(3.594)
Obrigações por Empréstimos no País	(927)	(2.332)	(3.594)
Despesas de Obrigações por Repasses	(121.704)	(275.404)	(400.995)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(62.103)	(113.647)	(242.529)
Tesouro Nacional	(67)	(75)	(27)
BNDES	(58.724)	(107.360)	(236.223)
Finame	(3.312)	(6.212)	(6.279)
Despesas de Repasses do Exterior	(59.601)	(161.757)	(158.466)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(50.708)	(130.636)	(141.260)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(300.801)	(541.291)	(451.402)
Total	(474.140)	(949.663)	(997.251)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2013	Valor de Mercado em 31.12.2012 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	706.986	731.640	647.714
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	708.441	746.005	679.244
Total (Nota 7.c.1)				600.000	1.415.427	1.477.645	1.326.958
Saldo de Curto Prazo						9.867	8.607
Saldo de Longo Prazo						1.467.778	1.318.351

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2013	31.12.2012
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,05 CDI	9.229	9.621	67.287
Saldo de Curto Prazo			9.621	66.869
Saldo de Longo Prazo			-	418

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 247 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.798	3.154
Recursos do Proagro	-	118
IOF a Recolher	1.696	2.927
Outros Tributos e Assemelhados	102	109
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	10.830	32.008
c) Sociais e Estatutárias	61.835	95.061
Dividendos e Bonificações a Pagar	32.580	65.066
Participações nos Lucros	29.255	29.663
Outros Tributos e Assemelhados	-	332
d) Fiscais e Previdenciárias	487.475	825.052
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	118.073	118.345
Impostos e Contribuições	84.925	82.258
Causas Fiscais	33.148	36.087
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	81.649	227.740
TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos	48.647	219.595
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	6.616	8.145
Decorrentes de Créditos Recuperados	26.386	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	222.767	401.577
Imposto de Renda ⁽¹⁾	135.847	246.087
Contribuição Social ⁽²⁾	86.920	155.490
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	64.986	77.390
e) Negociação e Intermediação de Valores	68	68
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.087.216	6.679.378
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	6.915.797	6.534.337
Outros Valores	171.419	145.041
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.272.581	1.202.392
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.455.982	1.332.382
i) Diversas	3.404.326	3.719.705
Provisão para Passivos Contingentes	2.362.896	2.145.730
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	198.291	179.319
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	105.499	106.080
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	663	258
FNE (Nota 22.e.vii e Nota 26.c.iii)	2.022.091	1.820.070
Repasse	1.301	1.308
Risco Integral	100.972	99.149
Risco Compartilhado	1.919.818	1.719.613
FDNE (Nota 22.e.viii)	515	420
Proagro (Nota 22.e.ix)	2.152	3.388
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.xi)	33.685	36.195
Provisão para Pagamentos a Efetuar	969.159	1.493.127
Benefício Pós-Emprego	800.661	1.327.310
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Plano BD (Nota 29.a.2 e Nota 25.h)	78.344	576.635
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Plano CV I (Nota 29.a.2 e Nota 25.h)	-	99
Plano de Assistência Médica Camed Plano Natural (Nota 29.a.2 e Nota 25.h)	722.317	750.576
Despesa de Pessoal	138.690	131.998
Outros Valores	29.808	33.819
Outros Valores	72.271	80.848
Total	13.782.111	13.889.200
Saldo de Curto Prazo	5.184.988	3.953.248
Saldo de Longo Prazo	8.597.123	9.935.952

⁽¹⁾ Em 31.12.2013, inclui o valor complementar de R\$ 1.945 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2009 a 2012. Em 31.12.2012, inclui o valor complementar de R\$ 281 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

⁽²⁾ Em 31.12.2013, inclui o valor complementar de R\$ 1.196 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2009 a 2012. Em 31.12.2012, inclui o valor complementar de R\$ 162 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2013	31.12.2012
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.h e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a.	22.12.2010	1.272.581	1.202.392
Saldo de Curto Prazo				78.471	74.143
Saldo de Longo Prazo				1.194.110	1.128.249

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.455.982	1.332.382
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	709.475	433.857
Recursos aplicados ⁽²⁾	746.507	898.525
Total (Nota 29.a.1 e 16.i)	1.455.982	1.332.382

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.03.2013, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 295.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.142.000 para R\$ 2.437.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013, foi aprovada a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial existente. O Banco Central homologou a ata da assembleia referente ao processo de conversão e sua conclusão esta prevista para até o dia 21.02.2014.

Composição em 31.12.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	45.146.025	29.123.190	74.269.215	93,11	85,37
Fundo Garantidor de Operações – FGO	-	6.250.000	6.250.000	-	7,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Financiadora de Estudos e Projetos – Finep	1.449.254	-	1.449.254	2,99	1,67
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	-	373.200	373.200	-	0,43
Outros	146.069	286.957	433.026	0,30	0,50
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 20.610 (R\$ 22.904 em 31.12.2012) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R\$ 2.294 (R\$ 2.294 em 31.12.2012) e compõe a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações ordinárias (ON) de sua própria emissão, adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2013, representam, respectivamente, R\$ 28,74 e R\$ 25,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 34,98% sobre o lucro ajustado, base de cálculo dos Dividendos/JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de dividendos e JCP do 1º semestre, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 32.319, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 15.374 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
1. Lucro Líquido do Exercício	360.357	508.363
2. Ajustes de Exercícios Anteriores (Notas 3.1 e 19.e)	312.129	-
3. Reservas de Reavaliação transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.294	2.294
4. Lucro Líquido Ajustado	674.780	510.657
5. Reserva Legal Constituída	(18.018)	(25.418)
6. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	-	59.184
7. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	656.762	544.423
8. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no exercício	117.819	132.273
9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(290)	(144)
10. JCP imputados aos dividendos (item 8 + item 9)	117.529	132.129
11. JCP antecipado corrigido pela Selic	(70.126)	(68.827)
12. JCP complementar (item 10 + item 11)	47.693	63.446
13. Dividendos propostos no exercício	112.180	58.388
14. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa Selic	(112.180)	(57.051)
15. Dividendos complementares (item 13 + item 14)	-	1.337
16. Total Destinado aos acionistas (item 8 + item 13)	229.999	190.661
Total destinado aos acionistas no 1º semestre		
JCP de R\$ 0,746341217377 por ação ordinária (em 30.06.2012: JCP de R\$ 0,740834598495 por ação ordinária)	36.180	35.913
JCP de R\$ 0,820975339155 por ação preferencial (em 30.06.2012: JCP de R\$ 0,814918058381 por ação preferencial)	31.620	31.387
Dividendos de R\$ 1,193929365470 por ação ordinária (em 30.06.2012: Dividendos de R\$ 0,614076191098 por ação ordinária)	57.878	29.769
Dividendos de R\$ 1,313322302215 por ação preferencial (em 30.06.2012: Dividendos de R\$ 0,67548381043 por ação preferencial)	50.582	26.016
Atualização da destinação do 1º semestre ⁽¹⁾		
JCP de R\$ 0,025599503756 por ação ordinária (em 30.06.2012: JCP de R\$ 0,016816945386 por ação ordinária)	1.241	815
JCP de R\$ 0,028159454133 por ação preferencial (em 30.06.2012: JCP de R\$ 0,018498639925 por ação preferencial)	1.085	712
Dividendos de R\$ 0,040951777236 por ação ordinária (em 30.06.2012: Dividendos de R\$ 0,013939529538 por ação ordinária)	1.985	676
Dividendos de R\$ 0,045046954966 por ação preferencial (em 30.06.2012: Dividendos de R\$ 0,015333482497 por ação preferencial)	1.735	591
Total destinado aos acionistas no 2º semestre		
JCP de R\$ 0,548249767573 por ação ordinária (em 31.12.2012: JCP de R\$ 0,698407332993 por ação ordinária)	47.693	33.857
JCP não houve distribuição por ação preferencial (em 31.12.2012: JCP de R\$ 0,768248066168 por ação preferencial)	-	29.589
Dividendos não houve distribuição por ação ordinária (em 31.12.2012: Dividendos de R\$ 0,014718991832 por ação ordinária)	-	713
Dividendos não houve distribuição por ação preferencial (em 31.12.2012: Dividendos de R\$ 0,016190890859 por ação preferencial)	-	623

⁽¹⁾ Atualização da distribuição do resultado a título de Dividendos e JCP, conforme previsto no parágrafo 5º, do artigo 1º do Decreto nº 2.673, com nova redação dada pelo Decreto nº 3.381 de 13.03.2000.

Até junho de 2013 foram pagos dividendos e JCP para as ações preferenciais 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco. O JCP complementar do exercício será pago às ações ordinárias, que compõem a totalidade do Capital Social do Banco, tendo em vista a conversão de ações aprovada pela AGE de 23.08.2013.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 41.260 (R\$ 52.115 em 31.12.2012).

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Tendo em vista a mudança de política contábil referente a benefícios pós-emprego, proporcionada por conta das disposições da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que revogou a Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, com vigência a partir de 01.01.2013, foram recalculados os valores das obrigações atuariais retrospectivamente ao exercício de 2012, apurando-se perdas atuariais transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Capef		Camed	Total em 31.12.2012
	Plano BD	Plano CVI	Plano Natural	
Perdas Atuariais	113.867	100	198.162	312.129

O valor de R\$ 312.129, de ajustes de exercícios anteriores, está compondo a base de distribuição de dividendos e JCP do exercício de 2013.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2013	01.01. a 31.12.2013	01.01. a 31.12.2012
a) Receitas de Prestação de Serviços	772.826	1.602.674	1.391.602
Administração de Fundos de Investimentos	11.977	21.398	17.239
Administração de Fundos e Programas	634.982	1.337.693	1.160.600
Prestação de Serviços	125.867	243.583	213.763
b) Rendas de Tarifas Bancárias	17.642	32.603	29.057
c) Despesas de Pessoal	(674.614)	(1.274.551)	(1.149.708)
Proventos	(388.047)	(738.569)	(663.334)
Encargos Sociais	(144.306)	(273.376)	(245.330)
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Planos BD e CV I(Nota 25.f)	(54.318)	(94.246)	(88.012)
Plano de Assistência Médica Camed Plano Natural (Nota 25.f)	(31.685)	(63.370)	(54.887)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(56.258)	(104.990)	(98.145)
d) Outras Despesas Administrativas	(441.079)	(825.507)	(824.986)
Processamento de Dados	(75.819)	(137.696)	(143.152)
Propaganda e Publicidade	(13.063)	(14.167)	(22.036)
Serviços de Terceiros	(176.895)	(335.622)	(299.651)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.867)	(43.044)	(41.747)
Viagens	(8.021)	(14.597)	(15.475)
Comunicações	(14.149)	(27.266)	(32.907)
Depreciação e Amortização	(18.435)	(35.411)	(29.212)
Manutenção e Conservação de Bens	(19.895)	(41.011)	(33.470)
Vigilância, Segurança e Transporte	(25.658)	(48.722)	(40.274)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(7.100)	(13.285)	(21.874)
Serviços do Sistema Financeiro	(11.337)	(21.063)	(18.327)
Serviços Técnicos Especializados	(19.715)	(36.594)	(37.139)
Seguros	(2.204)	(4.452)	(4.395)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(8.851)	(20.630)	(38.088)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(834)	(2.098)	(1.327)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.093)	(4.114)	(3.955)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(6.400)	(9.400)	(19.200)
Outros Valores	(8.743)	(16.335)	(22.757)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(112.228)	(218.792)	(215.202)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(102.357)	(200.275)	(198.161)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.673)	(16.733)	(15.027)
Outros Valores	(1.198)	(1.784)	(2.014)
f) Outras Receitas Operacionais	657.918	1.377.743	1.431.569
“Del credere” de Fundos Administrados	517.689	1.007.596	926.764
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	23.654	121.282	205.221
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	-	93	-
Recuperação de Encargos e Despesas	4.432	8.642	8.644
Reversão de Provisões Operacionais	10.528	21.258	119.515
Juros e Comissões	4.222	4.575	814
Correção Monetária	634	1.313	9.041
Resultado da Marcação a Mercado	-	9.528	9.368
Atualização Monetária de Tributos	-	-	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	56.243	102.968	64.621
Outros Valores	40.516	100.488	87.581
g) Outras Despesas Operacionais	(519.074)	(1.143.129)	(1.301.411)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(400)	(2.166)	(4.750)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(26.648)	(86.093)	(187.509)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(71)	(118)	(83)
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.792)	(3.838)	(6.229)
Encargos de Operações de Crédito	(1.606)	(8.524)	(12.449)
Riscos Fiscais	(6.377)	(9.016)	(8.916)
Riscos com Operações do FNE	(169.404)	(560.932)	(699.670)
Riscos com Operações do FDNE	(16)	(98)	(322)
Causas Trabalhistas	(11.929)	(26.457)	(26.188)
Causas Cíveis	(9.704)	(9.704)	(25.786)
Outras Causas	(18)	(405)	(158)
Outros Passivos Contingentes	(140.977)	(145.271)	(56.097)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(70.882)	(146.202)	(137.139)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(24.991)	(40.732)	(27.980)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(40.606)	(82.867)	(88.083)
Outros Valores	(12.653)	(20.706)	(20.052)
Total	(298.609)	(448.959)	(639.079)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no exercício de 2013 foi de R\$ 132.946 (R\$ 244.850 em 31.12.2012) e a de Contribuição Social foi de R\$ 85.150 (R\$ 154.755 em 31.12.2012).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	556.284	253.203	556.284	253.203
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(29.456)	(65.619)	(29.456)	(65.619)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(117.819)	(132.273)	(117.819)	(132.273)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	409.008	55.311	409.008	55.311
Adições/Exclusões Permanentes	(43.070)	(37.152)	(43.364)	(37.382)
Adições/Exclusões Temporárias	205.848	1.017.589	205.848	1.017.589
Resultado Tributável	571.786	1.035.748	571.492	1.035.518
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(142.923)	(258.913)	(85.724)	(155.328)
Deduções (Incentivos Fiscais)	9.021	13.106	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	956	957	574	573
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(132.946)	(244.850)	(85.150)	(154.755)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(7.725)	(14.165)	(4.635)	(8.497)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(140.671)	(259.015)	(89.785)	(163.252)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	39.991	464.405	23.995	278.641
Total de IRPJ/CSLL	(100.680)	205.390	(65.790)	115.389
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	18,10%	(81,12%)	11,83%	(45,57%)
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	132.946	244.850	85.150	154.755
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	956	956	574	573
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	133.902	245.806	85.724	155.328
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte ⁽²⁾ (Nota 10.e)	(140.065)	(138.400)	(83.732)	(64.323)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	(6.163)	107.406	1.992	91.005

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido + alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

⁽²⁾ Inclusive tributos retidos na fonte nos seguintes valores: 31.12.2013 – IRPJ: R\$ 704 e CSLL: R\$ 60; e 31.12.2012 – IRPJ: R\$ 1.918 e CSLL: R\$ 51.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2013	31.12.2012
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	596.574	357.958	156.634	93.995	954.532	250.629
Constituição	299.839	179.918	496.202	297.735	479.757	793.937
Realização/Reversão	(250.950)	(150.584)	(56.262)	(33.772)	(401.534)	(90.034)
Saldo Final (Nota 10.e)	645.463	387.292	596.574	357.958	1.032.755	954.532
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.402	841	-	-	2.243	-
Constituição	11.309	6.785	1.402	840	18.094	2.242
Realização/Reversão	(12.698)	(7.619)	-	-	(20.317)	-
Saldo Final (Nota 7.c)	13	7	1.402	840	20	2.242
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	23.063	13.838	-	-	36.901	-
Constituição	12.538	7.523	23.063	13.838	20.061	36.901
Realização/Reversão	(20.047)	(12.028)	-	-	(32.075)	-
Saldo Final (Nota 7.c.1)	15.554	9.333	23.063	13.838	24.887	36.901
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	84.026	50.416	14.658	8.795	134.442	23.453
Constituição	18.961.840	11.377.104	6.974.740	4.184.844	30.338.944	11.159.584
Realização/Reversão	(18.914.865)	(11.348.919)	(6.905.372)	(4.143.223)	(30.263.784)	(11.048.595)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	131.001	78.601	84.026	50.416	209.602	134.442

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1. Total das Diferenças Temporárias	4.544.276	4.687.741	4.544.276	4.687.741
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.136.069	1.171.935	681.641	703.161
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	645.463	596.574	387.292	357.958
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	146.568	108.491	87.941	65.094
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	792.031	705.065	475.233	423.052
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	344.038	466.870	206.408	280.109

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.12.2013, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ¹	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2014	10,57	51.408	48.742	30.845	29.245	82.253	77.987
2015	11,07	245.076	204.197	147.045	122.518	392.121	326.715
2016	10,31	74.074	61.616	44.445	36.970	118.519	98.586
2017	9,90	122.677	91.582	73.606	54.949	196.283	146.531
2018	9,52	152.228	104.742	91.351	62.854	243.579	167.596
Total		645.463	510.879	387.292	306.536	1.032.755	817.415

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 31.12.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2014	30.058	18.035	48.093
2015	7.844	4.707	12.551
2016	65.341	39.205	104.546
2017	2	1	3
2018	7.338	4.403	11.741
2019 a 2021	9.398	5.639	15.037
2022 a 2024	1	1	2
2025 a 2027	391	235	626
2050 a 2052	26.195	15.715	41.910
Total	146.568	87.941	234.509

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2013	31.12.2012
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	14.165	8.497	-	-	22.662	-
Constituição	133.403	80.042	14.165	8.497	213.445	22.662
Realização/Reversão	(142.169)	(85.302)	-	-	(227.471)	-
Saldo Final (Nota 7.c)	5.399	3.237	14.165	8.497	8.636	22.662
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	5.090	3.056	6.048	3.628	8.146	9.676
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(956)	(574)	(958)	(572)	(1.530)	(1.530)
Saldo Final	4.134	2.482	5.090	3.056	6.616	8.146
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	16.491	9.895	-	-	26.386	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (Nota 16.d)	16.491	9.895	-	-	26.386	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	123.082	73.851	35.553	21.332	196.933	56.885
Constituição	701.784	421.071	783.546	470.128	1.122.855	1.253.674
Realização/Reversão	(799.861)	(479.916)	(696.017)	(471.609)	(1.279.777)	(1.113.626)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	25.005	15.006	123.082	19.851	40.011	196.933

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2014	22.233	13.340	35.573
2015	3.160	1.896	5.056
2016	564	339	903
2017	532	318	850
2018	1.604	962	2.566
2019 a 2021	2.311	1.388	3.699
Total	30.404	18.243	48.647

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2014	827	496	1.323
2015	827	496	1.323
2016	827	496	1.323
2017	827	496	1.323
2018	826	498	1.324
Total	4.134	2.482	6.616

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2014	2.425	1.455	3.880
2015	2.813	1.688	4.501
2016	2.403	1.442	3.845
2017	1.502	901	2.403
2018	890	534	1.424
2019 a 2022	3.163	1.898	5.061
2023 a 2027	3.148	1.889	5.037
2028 a 2032	147	88	235
Total	16.491	9.895	26.386

d) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(102.357)	(200.275)	(198.161)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.673)	(16.733)	(15.027)
Outros Valores	(1.198)	(1.784)	(2.014)
Total (Nota 20)	(112.228)	(218.792)	(215.202)

e) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. Referida Medida Provisória possui um número relevante de emendas propostas. Ademais, a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. No entanto, com base no texto vigente estimamos que a referida MP nº 627, de 11.11.2013, não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas do Banco para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.12.2013 e 31.12.2012, a seguir demonstrado:

Especificação	31.12.2013		31.12.2012	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	84.925	84.925	82.258	82.258
a.2) Causas Fiscais	1.167.404	33.148	989.961	36.087
i) Obrigação Legal	281	281	655	655
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.167.123	32.867	989.306	35.432
Provável	32.867	32.867	35.432	35.432
Possível	894.405	-	730.784	-
Remota	239.851	-	223.090	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	346.068	198.291	287.462	179.319
Provável	198.291	198.291	179.319	179.319
Possível	71.541	-	35.504	-
Remota	76.236	-	72.639	-
b.2) Causas Cíveis	3.343.767	105.499	2.970.422	106.080
Provável	105.499	105.499	106.080	106.080
Possível	627.358	-	504.709	-
Remota ⁽¹⁾	2.610.910	-	2.359.633	-
b.3) Outras Causas	2.208	663	1.382	258
Provável	663	663	258	258
Possível	1.543	-	1.091	-
Remota	2	-	33	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra a Capef - R\$ 828.765 (R\$ 696.964 em 31.12.2012); b) repetição de indébito- R\$ 314.491 (R\$ 264.477 em 31.12.2012); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 221.358 (R\$ 186.155 em 31.12.2012); e d) pagamento de multa e indenização por danos morais - R\$ 178.996 (R\$ 150.530 em 31.12.2012). Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.543.611 (R\$ 1.298.126 em 31.12.2012).

e) Movimentação das Provisões

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.258	82.269
Constituição	6.178	1.742
Reversão/Utilização/Baixa	(3.511)	(1.753)
Saldo Final	84.925	82.258
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	655	1.063
Constituição	56	157
Reversão/Utilização/Baixa	(430)	(565)
Saldo Final (Nota 22.d)	281	655
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	35.431	29.246
Constituição	4.272	6.269
Reversão/Utilização/Baixa	(6.836)	(84)
Saldo Final (Nota 22.d)	32.867	35.431
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	179.319	182.824
Constituição	34.861	33.983
Reversão/Utilização/Baixa	(15.889)	(37.488)
Saldo Final (Nota 16.i)	198.291	179.319
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.080	106.653
Constituição	36.040	52.148
Reversão/Utilização/Baixa	(36.621)	(52.721)
Saldo Final (Nota 16.i)	105.499	106.080
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	258	140
Constituição	470	207
Reversão/Utilização/Baixa	(65)	(89)
Saldo Final (Nota 16.i)	663	258
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.820.070	1.386.807
Constituição	560.930	699.670
Reversão/Utilização/Baixa	(358.909)	(266.407)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.022.091	1.820.070
viii) FDNE		
Saldo Inicial	420	1.593
Constituição	103	340

Reversão/Utilização/Baixa	(8)	(1.513)
Saldo Final (Nota 16.i)	515	420
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.388	3.299
Constituição	185	155
Reversão/Utilização/Baixa	(1.421)	(66)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.152	3.388
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	36.195	86.551
Constituição	11.696	61.615
Reversão/Utilização/Baixa	(14.206)	(111.971)
Saldo Final (Nota 16.i)	33.685	36.195

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2013, R\$ 438.790. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 328.645 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.12.2013, perfazem respectivamente, R\$ 216.367 e R\$ 146.734. Na posição de 31.12.2012, representavam, R\$ 191.019 e R\$ 129.544, respectivamente, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2013, R\$ 118.225. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 99.423, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa nulidade de cláusulas contratuais, bem como retirada do nome do autor dos cadastros dos órgãos restritivos de crédito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2013, R\$ 47.963. Na posição de 31.12.2012, não havia perda financeira para este processo.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2013, R\$ 47.963. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 38.732 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2013, R\$ 33.182. Na posição de 31.12.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.905 com nível de risco possível.

- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Trabalhistas	392.741	434.226
Demandas Fiscais	210.037	207.801
Demandas Cíveis	41.381	31.145
Total	644.159	673.172

- j) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 31.12.2013, registram-se os valores de: R\$ 16.141 (R\$ 21.464, em 31.12.2012), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna, R\$ 12.776 (R\$ 14.731, em 31.12.2012) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 4.767 (não existiam valores para 31.12.2012) referente a provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Máxima	30.744,54	28.467,55
Mínima	1.148,97	1.040,44
Média	8.230,65	7.617,03

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	642.179,04	443.222,77	46.132,41	34.504,30	46.132,41	34.504,30
Menor remuneração individual ⁽³⁾	545.150,28	388.561,82	46.132,41	34.504,30	46.132,41	34.504,30
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	608.911,77	401.151,81	45.324,23	33.451,94	44.803,63	33.906,58
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	6	6

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 60ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 93ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 22.03.2013.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2013, o número de funcionários do Banco totalizava 6.479 (6.169 em 31.12.2012), registrando-se um acréscimo de 5,03% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 28.876 (R\$ 59.184 em 31.12.2012), composta pelo equivalente a 5,00% do lucro líquido do exercício (8,64% em 31.12.2012) e 7,85% (23,04% em 31.12.2012) dos dividendos e juros sobre o capital próprio, e pela parcela de 3% sobre o lucro líquido do exercício, referente ao cumprimento de metas sociais.

A despesa com pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no exercício de 2013, importa em R\$ 29.456, sendo R\$ 28.876 referente aos empregados e R\$ 580, aos administradores.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Capef, Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e do benefício de aposentadoria do INSS, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente, todos calculados, fixados e projetados, de acordo com o regulamento do plano desde a data de sua reestruturação até a data de aposentadoria do participante, ponderado pelo número de contribuições pagas ao Plano, limitado a 360. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,50%, a título de contribuição extraordinária, resultando, em média, 78,50% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada (parte CD) do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria. Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios de

risco, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido. O plano oferece ainda benefício de renda vitalícia aos aposentados. Os planos estão expostos, principalmente, aos riscos de investimento, de taxa de juros, longevidade e de salário.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2013, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2012, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 31.12.2013, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela Capef e Camed, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 2.913.366 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 2.835.022, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 78.344. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 2.223.627 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 689.739;
- ii. Plano CV I: para os benefícios de risco (parte BD), que possui características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 7.675 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 9.019, resultando em um superávit de R\$ 1.344, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 763.013 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 40.696, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 722.317. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 506.076 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 256.937.

c) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação de benefício definido

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(3.934.869)	(3.129.990)	(9.151)	(5.513)	(807.485)	(601.318)
2. Custo dos Juros	(320.491)	(346.120)	(787)	(590)	(66.534)	(64.636)
3. Custo do Serviço Corrente	(18.354)	(16.026)	(364)	(453)	(17.680)	(11.057)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	284.066	270.247	37	40	52.685	38.787
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(58.350)	(58.127)	-	-	(13.611)	(12.116)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	10.862	8.250	-	-	15.244	5.805
7. Remensurações de (ganhos) perdas atuariais	1.123.770	(573.103)	(2.590)	(2.635)	74.368	(162.950)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(2.913.366)	(3.934.869)	(7.675)	(9.151)	(763.013)	(807.485)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	3.358.234	2.762.074	6.159	3.019	56.909	73.826
2. Receita de juros	274.096	296.898	573	373	5.077	7.936
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	60.184	57.873	559	471	35.956	29.965
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.882	2.523	509	478	15.767	12.870
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	58.350	58.127	-	-	13.611	12.116
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(10.862)	(8.250)	-	-	(15.244)	(5.805)
7. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(284.066)	(270.247)	(37)	(40)	(52.685)	(38.787)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	(622.796)	459.236	1.256	1.858	(18.695)	(35.212)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	2.835.022	3.358.234	9.019	6.159	40.696	56.909

⁽¹⁾ Capecf - Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed - Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

⁽²⁾ Camed - Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros, reconhecida em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

e) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1. Valor Presente da Obrigação de Benefício Definido	(2.913.366)	(3.934.869)	(7.675)	(9.151)	(763.013)	(807.485)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	2.835.022	3.358.234	9.019	6.159	40.696	56.909
3. Superávit (Déficit) do plano (item 1 - item 2)	(78.344)	(576.635)	1.344	(2.992)	(722.317)	(750.576)
4. Efeito do Teto do Ativo	-	-	(1.344)	-	-	-
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 25.h)	(78.344)	(576.635)	-	(2.992)	(722.317)	(750.576)

f) Valores reconhecidos no Resultado do período

Especificação	Capecf					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(8.532)	(16.472)	(13.503)	247	145	25
1.1. Custo do Serviço	(9.177)	(18.354)	(16.026)	(119)	(364)	(453)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	645	1.882	2.523	366	509	478
2. Juros Líquidos	(23.387)	(46.395)	(49.222)	(225)	(214)	(217)
2.1. Custo dos Juros	(160.245)	(320.491)	(346.120)	(760)	(787)	(590)
2.2. Receita de Juros	136.858	274.096	296.898	535	573	373
3. Total (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(31.919)	(62.867)	(62.725)	22	(69)	(192)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas, Plano BD: - 2º Sem/2013: R\$ 5; 01.01 a 31.12.2013: R\$ 5 e 01.01 a 31.12.2012: R\$ 287.

Especificação	Camed		
	Plano Natural		
	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(956)	(1.913)	1.813
1.1. Custo do Serviço	(8.840)	(17.680)	(11.057)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	7.884	15.767	12.870
2. Juros Líquidos	(30.729)	(61.457)	(56.700)
2.1. Custo dos Juros	(33.267)	(66.534)	(64.636)
2.2. Receita de Juros	2.538	5.077	7.936
3. Total (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(31.685)	(63.370)	(54.887)

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
1. Contribuições (Parte CD)	(16.590)	(29.471)	(25.209)

⁽¹⁾Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas: 2º Sem/2013 – R\$ 137; 01.01 a 31.12.2013 - R\$ 370 e 01.01 a 31.12.2012 – R\$ 107.

No 2º Semestre de 2013, o plano CV I teve ajustes decorrentes da adoção do método do Crédito Unitário Projetado (PUC) nos benefícios de risco, que foram segregados dos benefícios programados. Tais benefícios possuem características de plano de benefício definido. Esses ajustes foram registrados em despesas do 2º semestre de 2013, conforme abaixo, e em Ajustes de Avaliação Patrimonial, conforme citado na alínea “g” desta Nota.

Especificação	2º Sem/2013	31.12.2013	31.12.2012
Valor do saldo devedor em 01.01.2012 da parte BD	(2.494)	(2.494)	-
Ajustes de 2012 realizados no 2º Semestre/2013	280	280	(280)
Complemento de despesas do 1º Sem/2013, relativo às contribuições da parte CD	(3.759)	-	-
Total	(5.973)	(2.214)	(280)

g) Valores do período reconhecidos no Patrimônio Líquido

Para os planos BD, Natural e CV I, os ganhos (perdas) atuariais decorrentes dos ajustes de experiência, para o exercício de 2013, foram de R\$ 370.572, R\$ (378) e R\$ (461.020), respectivamente. Os ganhos (perdas) atuariais, no exercício de 2013, oriundos de alterações de premissas biométricas para os planos BD e Natural foram, respectivamente, de R\$ (2.693) e R\$ 30.014 e são provenientes da mudança da tábua de mortalidade de AT2000 Basic (12/2012) para RP2000 suavizada em 15% (12/2013). Os ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas financeiras, no exercício de 2013, foram nos valores de R\$ 755.891 (Plano BD), R\$ 2.698 (Plano CV I) e R\$ 505.374 (Plano Natural), e dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação ao período anterior, que passaram de 8,46% (12/2012) para 12,33% (12/2013), nos planos BD e Natural, e de 8,62% (12/2012) para 12,36% (12/2013), no plano CV I.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	(622.796)	459.236	1.256	1.858	(18.695)	(35.212)
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo	1.123.770	(573.103)	2.590	(2.635)	74.368	(162.950)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(1.344)	-	-	-
4. Total (item 1 + item 2 + item 3)	500.974	(113.867)	2.502	(777)	55.673	(198.162)

No 2º Semestre de 2013, o plano CV I teve ajustes decorrentes da adoção do método do Crédito Unitário Projetado (PUC) nos benefícios de risco, que foram segregados dos benefícios programados. Tais benefícios possuem características de plano de benefício definido. Esses ajustes foram registrados em despesas do 2º Semestre de 2013, conforme citado na alínea “f” desta Nota, e em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no valor R\$ 679.

h) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido de benefício definido reconhecido no período

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(576.635)	(457.916)	(2.992)	(2.494)	(750.576)	(527.492)
2. Contribuições do Empregador	60.184	57.873	559	471	35.956	29.965
3. Valores reconhecidos no Resultado	(62.867)	(62.725)	(69)	(192)	(63.370)	(54.887)
4. Valores reconhecidos no Patrimônio Líquido	500.974	(113.867)	2.502	(777)	55.673	(198.162)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)	(78.344)	(576.635)	-	(2.992)	(722.317)	(750.576)

O valor do passivo do plano CV I, reconhecido em 2012, teve ajustes decorrentes da adoção do método do Crédito Unitário Projetado (PUC) nos benefícios de risco, que foram segregados dos benefícios programados. Tais benefícios possuem características de plano de benefício definido. Os ajustes foram registrados em despesas e ajustes de avaliação patrimonial, resultando na movimentação do passivo abaixo descrita:

Especificação	Capef
	Plano CV I 31.12.2012
1. Saldo em 31.12.2012 sem ajustes	(99)
2. Ajustes em decorrência da adoção do método PUC reconhecidos em despesas	(2.214)
3. Ajustes em decorrência da adoção do método PUC reconhecidos no patrimônio líquido	(679)
4. Saldo devedor em 31.12.2012 com ajustes	(2.992)

i) Alocação dos valores justos dos planos e política de investimento

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capped e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,75% a.a. e do plano CV I, IPCA +5,5% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios, são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva da Camed e submetidas ao seu Conselho Deliberativo. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Caped				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Renda Fixa	82,53	87,94	82,85	67,59	9,53	5,59
Renda Variável	4,43	4,12	9,91	27,44	89,27	93,54
Investimentos Imobiliários	9,66	5,17	-	-	1,2	0,87
Investimentos Estruturados	0,31	0,01	6,13	4,19	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	3,05	2,75	1,11	0,78	-	-
Outros	0,02	0,01	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,37	0,22	-	-	9,53	5,6
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	1,44	0,7	-	-	1,2	0,87

j) Premissas utilizadas

j.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capped e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades.

Nos cálculos atuariais, para os planos BD e Natural, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Planos BD (Caped) e Plano Natural (Camed)		Plano CV I (Caped)	
	2013	2012	2013	2012
Tábuas de Mortalidade				
Sobrevivência de Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	AT2000-Homens	AT2000 M Basic	AT2000 M Basic
Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC - Fraca	Experiência do IAPC - Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Experiência da Capped – Fraca ⁽²⁾	Experiência da Capped – Fraca	Experiência da Capped – Fraca
Tábua de Rotatividade	-	-	-	-

(1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original; e

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua de Experiência Capped original.

j.2) Premissas Financeiras

Especificação	Caped (% a.a.)				Camed (% a.a.)	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	12,33	8,46	12,36	8,62	12,33	8,46
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,47	3,79	6,50	3,94	6,47	3,79
Taxa média de inflação anual	5,50	4,50	5,50	4,50	5,50	4,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	5,55	-	5,55	6,56	1,00
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	4,50	5,50	4,50	-	-
Taxa de evolução dos custos médicos	Não se aplica				3,51	3,28
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCTR)	Não se aplica				4,65	4,74

(1) Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

j.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

j.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

j.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da “duration” dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A “duration” apurada para os planos Capef BD e Camed Natural é de 14,08 anos e para o plano Capef CV I é de 27 anos.

k) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade demonstra o efeito da mudança da tábua biométrica e do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I e Natural, bem como da taxa de crescimentos dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2013.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	Taxa de Juros	
	31.12.2013		+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.913.366)	(3.050.663)	(2.852.520)	(2.976.662)
Valor Justo dos Ativos	2.835.022	2.835.022	2.835.022	2.835.022
Superávit (Déficit) Técnico	(78.344)	(215.641)	(17.498)	(141.640)
Variações:				
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		4,71	(2,09)	2,17
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		175,25	(77,67)	80,79

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	Taxa de Juros	
	31.12.2013		+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(7.675)	(7.288)	(7.475)	(7.675)
Valor Justo dos Ativos	9.019	9.019	9.019	9.019
Superávit (Déficit) Técnico	1.344⁽¹⁾	1.731	1.544	1.344
Variações:				
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(5,04)	(2,60)	2,76
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		28,76	14,87	(15,78)

(1) Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	HCTR		Taxa de Juros	
	31.12.2013		+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(763.013)	(835.230)	(913.375)	(639.084)	(741.173)	(786.055)
Valor Justo dos Ativos	40.696	40.696	40.696	40.696	40.696	40.696
Superávit (Déficit) Técnico	(722.317)	(794.534)	(872.679)	(598.388)	(700.477)	(745.359)
Variações:						
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		9,46	19,71	(16,24)	(2,86)	3,02
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		10,00	20,82	(17,16)	(3,02)	3,19

l) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

l.1) Contribuições Esperadas para o ano de 2014

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Contribuições do Empregador	67.169	711	41.338
2. Despesas Administrativas	13.286	-	17.208
3. Contribuições de Empregados	1.668	711	22.352
4. Contribuições de Assistidos	65.501	-	18.986
5. Benefícios Esperados	299.690	37	65.114

1.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural
Até 1 ano	260.913	687	132.418
De 1 ano até 2 anos	270.011	795	138.377
De 2 anos até 5 anos	824.086	2.951	453.626
Acima de 5 anos	5.409.687	329.746	35.870.425
Total	6.764.697	334.179	36.594.846

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Inclusive os benefícios programados, com características de plano de contribuição definida.

m) Estimativa de despesas para o ano de 2014

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(9.744)	343	9.027
2. Juros Líquidos	(5.416)	-	(85.135)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(15.160)	343	76.108

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 47.642.592 (R\$ 42.848.126 em 31.12.2012) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 6.908.697 (R\$ 6.532.248 em 31.12.2012), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 525.559 (R\$ 437.196 em 31.12.2012).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2013	Provisão em 31.12.2012
AA	6.181.781	-	-
A	11.916.297	29.781	30.863
B	9.301.591	47.060	45.937
C	909.869	13.469	16.678
D	710.923	35.478	33.787
E	530.644	80.081	67.542
F	206.525	52.022	144.175
G	302.370	114.631	96.118
H	3.270.188	1.649.569	1.384.970
Total	33.330.188	2.022.091	1.820.070

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.002.891 (R\$ 923.019 em 31.12.2012).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos

das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 1.209.296 (R\$ 1.037.396 em 31.12.2012).

- f) No exercício de 2013, o Banco restituiu ao FNE a importância de R\$ 318.289, em decorrência de recálculo de *del credere*, em função da não utilização do critério *pro rata temporis* na apuração dessa remuneração, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União, que entendeu, em fiscalização anterior concluída em 2013, merecer ajuste a metodologia de cálculo utilizada pelo Banco.
- g) Ainda no exercício de 2013, e em conformidade com as recomendações do TCU, o BNB se ressarciu junto ao FNE de recursos devolvidos indevidamente ao Fundo em 2007, referentes a receitas de *del credere* e taxa de administração, no valor de R\$ 116.282.
- h) No mesmo período, o Banco alterou a metodologia de apuração do *del credere* incidente nas operações do FNE com risco compartilhado ou com risco integral para o Banco, passando a utilizar, como base de cálculo dessa remuneração, os saldos contábeis antes da constituição da provisão para perdas em operações de crédito. Tal providência leva em conta que o risco assumido pelo Banco incide sobre os saldos totais dos financiamentos, atualizados pelos encargos previstos em lei, e não sobre os saldos deduzidos das provisões registradas contabilmente. A modificação da metodologia implicou o recálculo do *del credere* com o pagamento ao Banco da importância de R\$ 61.030.

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2013	31.12.2012
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	441	1.073
Proger-Urbano Investimento	17/2006	21.671	22.817
FAT - Infraestrutura	18/2006	245.254	268.446
Pronaf Investimento	19/2006	-	139
Proger-Rural - Custeio	20/2006	-	1.757
Pronaf - Custeio	01/2007	3	207
Proger-Rural - Investimento	02/2007	129	26.944
Protrabalho Investimento	04/2007	163.923	161.139
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	172.798	155.249
Total		604.219	637.771

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 520.240 (R\$ 661.009 em 31.12.2012) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 49.775 (R\$ 101.634 em 31.12.2012).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos;
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2013		Total
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	7.463	137	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	28.256	572	4.218	37.464	41.682
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	57.419	2.554	29.017	174.821	203.838
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	-	-	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	-	-	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	29.709	81	1.208	110.088	111.296
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	43.775	1.647	15.332	148.092	163.424
Total (Nota 13.b)			166.622	4.991	49.775	470.465	520.240

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.133	45	161	7.126	7.287
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	19.878	684	4.416	63.028	67.444
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	33.185	1.785	37.399	214.390	251.789
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	699	15	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	150	3	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	36.207	248	2.049	133.046	135.095
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.546	1.167	57.609	141.785	199.394
Total (Nota 13.b)			123.798	3.947	101.634	559.375	661.009

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2014 a 2016, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 20.12.2013. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2013	31.12.2012
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	30.618.909	29.435.172
Público	1.422.455	1.482.348
Privado	29.196.454	27.952.824
Comércio	3.399.551	2.947.052
Comércio exterior	743.824	905.124
Habitação	242	242
Indústria	8.445.949	7.593.036
Infraestrutura	3.563.125	4.128.723
Intermediários financeiros	84.113	214.950
Microfinança urbana	2.184.415	1.637.913
Pessoas Físicas	224.311	210.694
Rural	6.494.519	6.441.335
Outros Serviços ⁽¹⁾	4.056.405	3.873.755
Operações de mercado	22.078.166	19.862.617
Títulos Públicos Federais	18.489.953	17.062.177
Operações Compromissadas	9.912.872	7.871.834
Outras	8.577.081	9.190.343
Depósitos Interfinanceiros	83.709	107.020
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.929.804	1.158.626
Outras Operações	1.574.700	1.534.794
Demais ativos	3.257.853	2.945.858
Total	55.954.928	52.243.647

⁽¹⁾ O valor das demais coobrigações não referentes as operações de crédito do FNE passaram a compor o item "Outros Serviços" e não mais o item "Demais Ativos" como constava no exercício anterior.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.717.354 (R\$ 5.366.682 em 31.12.2012). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.714.495 (R\$ 3.286.241 em 31.12.2012). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2013 (%)	31.12.2012 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	314,25	349,87
	Média dos últimos 12 meses	349,68	274,75
	Máximo dos últimos 12 meses	404,61	382,42
	Mínimo dos últimos 12 meses	287,74	195,93

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.12.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	91.230	368.450	321.107	141.923	-
Depósitos a Prazo	25.011	781.923	1.457.064	3.666.526	4.467.958
Operações Compromissadas	1.128.001	-	-	77.203	-
Letras do Agronegócio (LCA)	3.614	1.523	4.657	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.455.982
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	78.471	-	-	313.884	3.783.649
Total	1.326.327	1.151.896	1.782.828	4.199.536	9.707.589
Recursos Disponíveis (Nota 5)	7.709.182				

Especificação	31.12.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	67.206	90.545	439.746	98.457	-
Depósitos a Prazo	39.302	229.897	788.330	3.995.990	2.720.447
Operações Compromissadas	738.999	-	-	119.223	-
Letras do Agronegócio (LCA)	33.318	11.267	23.042	455	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.332.382
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	148.433	222.650	3.652.738
Total	878.825	331.709	1.399.551	4.436.775	7.705.567
Recursos Disponíveis (Nota 5)	6.456.087				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	6.506.311	6.499.422	(6.889)	6.492.695	(13.616)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	22.180	24.851	2.671	27.483	5.302
Cupom de Euro	Aumento do cupom	263	260	(3)	258	(5)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	874.500	813.619	(60.882)	759.701	(114.800)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(423.792)	(477.963)	(54.171)	(541.499)	(117.707)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	559.171	493.298	(65.873)	437.590	(121.581)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.947.935)	(1.948.000)	(64)	(1.946.230)	1.705
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.042.950	3.929.231	(113.719)	3.829.004	(213.946)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(83.599)	(80.907)	(78.407)
		Ativo Prefixado	82.910	76.694	71.113
		Exposição Líquida	(689)	(4.213)	(7.294)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.463.458	1.424.624	1.388.458
		Passivo em ME	(1.499.140)	(1.466.345)	(1.435.632)
		Exposição Líquida	(35.682)	(41.721)	(47.174)

Na data-base de 31.12.2013, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 89.995 (R\$ 8.539 em 31.12.2012 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012	Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades	2.787	3.611	Depósitos	17.696	23.182
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.764	23.802	Relações Interdependências	5.399	15.578
Operações de Crédito	804.445	820.813	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	73.237	104.096
Outros Créditos	768.343	942.868	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.324.175	2.152.154
			Outras Obrigações	767.864	829.914
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.622.339	1.791.094	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.188.371	3.124.924
Operações de <i>Swap</i>	1.476.037	1.325.291	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.098.376	3.116.385	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.188.371	3.124.924

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março/2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro/2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- ii. 5,5% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- iii. 8% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos de captação capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 31.12.2013, já considerando as normas em vigor para o Basileia III, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,76% e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 8,94%. O PR apurado foi de R\$ 5.524.588, o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 3.039.352, enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 34.015.667. Na posição de 31.12.2012, quando vigoravam as regras do Basileia II, o índice de Basileia Amplo foi de 16,24%, o PR apurado foi R\$ 5.184.271 e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), atual RWA, foi de R\$ 3.366.123. Vale ressaltar que, na posição de 31.12.2012, as parcelas que compunham o PRE eram multiplicadas pela exigência de capital de 11%, o que deixou de ocorrer com o início da implantação do Basileia III.

Os quadros a seguir apresentam a situação antes e após o início da implantação dos novos requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Basileia III.

i. Situação em 31.12.2012 - Compatibilização do PR com o PRE (Basileia II)

Especificação	31.12.2012
Patrimônio de Referência (PR)	5.184.271
. Nível I	2.611.406
. Nível II	2.572.865
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)⁽¹⁾	3.366.123
. Parcela PEPR	2.872.393
. Parcela PJUR	3.707
. Parcela PCOM	350
. Parcela POPR	489.673
Valor do RBAN	146.338
Margem (PR-PRE-RBAN)	1.671.810
Índice de Basileia (Circ.Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,94%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,24%

⁽¹⁾ 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

Onde:

- . PEPR: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . PJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . PCOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . POPR: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Situação em 31.12.2013 – Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2013
Patrimônio de Referência (PR)	5.524.588
. Nível I	3.039.352
. Capital Principal	3.039.352
. Capital Complementar	-
. Nível II	2.485.236
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	34.015.667
. Parcela RWACPAD	28.947.518
. Parcela RWAJUR	55.036
. Parcela RWACOM	2.900
. Parcela RWAOPAD	5.010.213
Valor do RBAN	1.047.966
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.782.865
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}	1.667.588
Índices de Basileia:	
.Índice de Capital Principal Requerimentos Mínimos 4,5%	8,94%
.Índice de Nível I Requerimentos Mínimos 5,5%	8,94%
.Índice de Basileia Requerimentos Mínimos 11%	16,24%
.Índice de Basileia incluindo RBAN	15,76%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

iii. Detalhamento do PR – Situação em 31.12.2012 (Basileia II)

Especificação	31.12.2012
Patrimônio de Referência (PR)	5.184.271
. Nível I	2.611.406
Patrimônio Líquido	2.683.751
Reservas de Reavaliação	(22.904)
Créditos Tributários Excluídos	(6.633)
Ativo Permanente Diferido	(942)
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(41.866)
. Nível II	2.572.865
Reservas de Reavaliação	22.904
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR	1.202.392
Instrumentos de Dívida Subordinada	1.332.382
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.866
Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	(26.679)

iv. Detalhamento do PR – Situação em 31.12.2013 (Basileia III)

Especificação	31.12.2013
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.524.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	3.039.352
Capital Principal	3.039.352
Capital Social	2.437.000
Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	611.259
Perdas não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(8.045)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	(384)
Ajuste Prudencial - Ativos Diferidos	(478)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.485.236
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.538.135
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.899)

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o §2º. do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da dita Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, há autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases já foram negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, estão sendo aplicados os limitadores definidos no artigo 28 da Resolução nº 4.192/13.

v. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669 de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.524.588	5.184.271
Limite para Imobilização	2.762.294	2.592.135
Situação	208.915	(200.619)
Margem	2.553.379	2.391.516
Índice de imobilização	3,78%	3,87%

NOTA 29 – Partes Relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	384.355	443.895
Total	384.355	443.895

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	520.240	661.009
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.706.841	1.586.201
Tesouro Nacional	698	809
BNDES	1.528.337	1.435.621
Finame	177.806	149.771
Outras Obrigações	9.644.360	9.069.111
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	6.915.797	6.534.337
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.272.581	1.202.392
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.455.982	1.332.382
Total	11.871.441	11.316.321

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano BD (Nota 16.i)	78.344	576.635
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano CV I (Nota 16.i)	-	99
Benefícios Pós-Emprego Camed Plano Natural (Nota 16.i)	722.317	750.576
Total	800.661	1.327.310

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2012
Honorários	2.023	3.756	2.801
Diretoria	1.747	3.245	2.392
Conselho de Administração	147	261	206
Conselho Fiscal	129	250	203
Outros	128	236	174
Participação no Lucro	-	530	10
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.151	4.522	2.985
Benefícios Pós-Emprego	144	252	233
Total	2.295	4.774	3.218

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Planos de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2013	01.01 a 31.12.2013	01.01, a 31.12.2012
Lucro Líquido	160.329	360.357	820.492
Outros Resultados Abrangentes	451.133	212.641	(266.247)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(243.801)	(580.206)	72.647
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	97.520	232.082	(29.059)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.912	3.824	3.824
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(765)	(1.530)	(1.530)
Ganhos ou Perdas Atuariais	596.267	558.471	(312.129)
Resultado Abrangente	611.462	572.998	554.245

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Créditos Abertos para Importação	54.614	23.804
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	20.450	82.669
- FNE	16.869.908	15.153.541
- Outras Entidades	83.801	64.584
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.660	24.786

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 14 de fevereiro de 2014.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3I), em decorrência da mudança de política contábil, com a aplicação da norma revisada CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), os valores correspondentes relativos ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 - F

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172.167/O-6

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Parecer dos Auditores Independentes – **ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2014.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º Semestre de 2013

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB é um órgão instituído na forma da Resolução CMN nº 3.198/2004, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do BNB. O seu Regimento Interno está disponível no endereço www.bnb.gov.br, área de Relação com Investidores/Acionistas.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Comitê, cabe destaque: a) assegurar o desenvolvimento de ações para atender às demandas do Conselho de Administração; b) acompanhar o cumprimento das recomendações feitas pelas Auditorias Interna e Externa e pelos órgãos de controle externo; c) realizar reunião com a Diretoria para tratar de assunto de interesse do Banco; e d) participar, sempre que convocado, de reunião com o Conselho Fiscal. Tais atividades foram fundamentadas em encontros quinzenais com a Superintendência de Auditoria e outras superintendências do BNB com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os aspectos considerados relevantes.

Considerando que compete à: a) Auditoria Externa revisar as demonstrações contábeis e outros trabalhos em conformidade com as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estas, aquelas da Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Federal de Contabilidade e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, além das normas infralegais; e b) Auditoria Interna (Superintendência de Auditoria) monitorar, avaliar e aferir a adequação do ambiente de controles internos e das normas e procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes.

O Comitê de Auditoria revisou as demonstrações contábeis e avaliou a efetividade das auditorias interna e externa e do sistema de controle interno, conforme a seguir:

Sistema de Controles Internos – A Administração adotou providências relevantes voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, com destaque para a revisão e otimização de estruturas, processos e sistemas que suportam a concessão e a administração de crédito, implementação de programa de ascensão funcional por mérito e aperfeiçoamento do processo decisório. O sistema de controles internos do Banco do Nordeste está em constante aprimoramento e tem-se mostrado eficaz para identificar fatores adversos e permitir ações corretivas.

Auditoria Interna – A Auditoria Interna exerceu suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco e pela Controladoria-Geral da União.

Auditoria Externa – Não foram percebidos fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação da ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES na prestação dos serviços com ela contratados.

Demonstrações Contábeis – As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2014.

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2013

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		31.12.2013	31.12.2012			31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTE		14.353.661	13.988.633	CIRCULANTE		27	4
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	1.766.402	990.358	Obrigações Diversas.....		27	4
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....		5.142.295	5.541.890	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		27	4
CRÉDITOS VINCULADOS		5.997	4.551	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)	47.642.592	42.848.126
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		5.997	4.551	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
DEVEDORES POR REPASSES.....		74.794	76.655	No Exercício.....		5.578.343	5.186.981
Devedores por Repasses-Outras Instituições		74.794	76.655	Em Exercícios Anteriores.....		43.156.154	37.969.173
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	7.356.782	7.372.860	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(335.015)	(234.707)
Financiamentos.....		2.991.815	2.457.606	RESULTADO DO EXERCÍCIO.....		(756.890)	(73.321)
Financiamentos a Exportação.....		57.339	98.427				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		577.125	537.684				
Financiamentos Agroindustriais.....		213.622	231.616				
Financiamentos Rurais.....		4.314.088	4.939.554				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(797.207)	(892.027)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	7.100	2.090				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		7.100	2.090				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	291	229				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		326	275				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(39)	(50)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.288.958	28.859.497				
CRÉDITOS VINCULADOS		359	2.662				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		359	2.662				
DEVEDORES POR REPASSES.....		1.593.004	1.474.980				
Devedores Por Repasses-Boo. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.455.982	1.332.382				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		137.022	142.598				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	31.694.549	27.380.714				
Financiamentos.....		13.804.297	10.848.481				
Financiamentos a Exportação.....		-	28.465				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		4.885.706	5.172.319				
Financiamentos Agroindustriais.....		898.896	935.334				
Financiamentos Rurais.....		12.105.650	10.396.115				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	1.046	1.141				
Títulos da Dívida Agrária.....		1.549	1.652				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(503)	(511)				
TOTAL DO ATIVO		47.642.619	42.848.130	TOTAL DO PASSIVO		47.642.619	42.848.130

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013				
(Valores em R\$ Mil)				
		2º sem/2013	Exercício/2013	Exercício/2012
RECEITAS				
De Operações de Crédito	(Nota 6.i)	280.272	747.487	1.286.403
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	293.866	525.559	437.196
De Reversão de Provisões Operacionais.....		18	86	86
DESPESAS				
De Administração.....	(Nota 4.a.8)	(612.664)	(1.209.296)	(1.037.396)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(107.009)	(190.829)	(100.393)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(305.262)	(629.787)	(659.116)
De Auditoria.....		(47)	(110)	(101)
PREJUÍZO NO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(450.826)	(756.890)	(73.321)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013				
(Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2011		37.969.173	(221.712)	37.747.461
Transferências da União no Exercício.....	(Nota 7)	5.186.981	-	5.186.981
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(12.995)	(12.995)
Prejuízo do Exercício.....		-	(73.321)	(73.321)
SALDOS EM 31.12.2012.....		43.156.154	(308.028)	42.848.126
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....		5.186.981	(86.316)	5.100.665
SALDOS EM 31.12.2012.....		43.156.154	(308.028)	42.848.126
Transferências da União no Exercício.....	(Nota 7)	5.578.343	-	5.578.343
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(26.987)	(26.987)
Prejuízo do Exercício.....		-	(756.890)	(756.890)
SALDOS EM 31.12.2013.....		48.734.497	(1.091.905)	47.642.592
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....		5.578.343	(783.877)	4.794.466
SALDOS EM 30.06.2013.....		46.139.314	(622.828)	45.516.486
Transferências da União no Semestre.....		2.595.183	-	2.595.183
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(18.251)	(18.251)
Prejuízo do Semestre.....		-	(450.826)	(450.826)
SALDOS EM 31.12.2013.....		48.734.497	(1.091.905)	47.642.592
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.595.183	(469.077)	2.126.106

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013
 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/13	31.12.2013	31.12.2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo) do Semestre/Exercício.....	(450.826)	(756.890)	(73.321)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	305.262	629.787	659.116
Reversões de Provisões Operacionais.....	(18)	(86)	(86)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(15)	23	4
Lucro/(Prejuízo) Ajustado.....	(145.597)	(127.166)	585.713
Créditos Vinculados.....	(290)	857	(118.408)
Devedores por Repasses.....	(69.371)	(116.162)	(6.062)
Operações de Crédito.....	(2.189.860)	(4.927.479)	(3.679.066)
Outros Créditos.....	(4.966)	(5.011)	(72)
Outros Valores e Bens.....	(166)	54	(50)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(18.251)	(26.987)	(12.995)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(2.428.501)	(5.201.895)	(3.230.940)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União.....	2.595.183	5.578.343	5.186.981
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	2.595.183	5.578.343	5.186.981
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	166.682	376.449	1.956.041
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do período.....	6.742.015	6.532.248	4.576.207
No fim do período.....	6.908.697	6.908.697	6.532.248
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	166.682	376.449	1.956.041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Restituição de valores, ao FNE e ao Banco, a título de taxa de administração e <i>del credere</i>
Nota 5 – Fiscalização	Nota 10 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação.

A Medida Provisória nº 581, de 20.09.2012, convertida na Lei nº 12.793, de 02.04.2013, em seu Artigo 3º alterou o Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência nas operações do FNE, os quais poderão ser diferenciados em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento. Com base nesse dispositivo legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.149, de 25.10.2012, fixou em 2,94% a.a. os encargos financeiros sobre os financiamentos com recursos do FNE, e em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as operações contratadas de 01 de outubro de 2012 a 31.12.2012, exceto para os beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e para

os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Ainda com base nesse instrumento legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.181, de 07.01.2013, fixou em 3,53% a.a. os encargos financeiros para os financiamentos com recursos do FNE contratados no período de 01.01.2013 a 30.06.2013, e em 4,12% a.a. os encargos para os financiamentos contratados no período de 01.07.2013 a 31.12.2013, estabelecendo em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as parcelas pagas até as datas dos respectivos vencimentos, não se aplicando tais encargos financeiros aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em Lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.;
 - Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Profrota com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades	1.766.402	990.358
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.142.295	5.541.890
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.908.697	6.532.248

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

b.3) A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

b.4) A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

b.5) A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.

b.6) A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.

b.7) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

b.8) Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decendialmente;
- retornos e resultados operacionais;
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	31.12.2013			31.12.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	16.421.414	374.698	16.796.112	13.018.155	287.932	13.306.087
Financiamentos à Exportação	53.562	3.777	57.339	125.084	1.808	126.892
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.462.831	-	5.462.831	5.710.003	-	5.710.003
Financiamentos Agroindustriais	1.070.731	41.787	1.112.518	1.132.967	33.983	1.166.950
Financiamentos Rurais	15.484.280	935.458	16.419.738	14.378.327	957.342	15.535.669
Subtotal	38.492.818	1.355.720	39.848.538	34.364.536	1.281.065	35.645.601
Repasses ao BNB	1.455.982	-	1.455.982	1.332.382	-	1.332.382
Repasses a Outras Instituições	211.816	-	211.816	219.253	-	219.253
Total da Carteira	40.160.616	1.355.720	41.516.336	35.916.171	1.281.065	37.197.236
Provisão	(456.037)	(341.170)	(797.207)	(595.642)	(296.385)	(892.027)
Total Líquido ⁽¹⁾	39.704.579	1.014.550	40.719.129	35.320.529	984.680	36.305.209

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	31.12.2013			31.12.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Agroindustriais	1.375	-	1.375	-	-	-
Financiamentos Rurais	242.751	8.909	251.660	225.748	10.000	235.748
Subtotal	244.126	8.909	253.035	225.748	10.000	235.748
Repasses ao BNB	1.455.982	-	1.455.982	1.332.382	-	1.332.382
Repasses a Outras Instituições	158.693	-	158.693	161.903	-	161.903
Total da Carteira	1.858.801	8.909	1.867.710	1.720.033	10.000	1.730.033
Total Líquido ⁽¹⁾	1.858.801	8.909	1.867.710	1.720.033	10.000	1.730.033

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	31.12.2013			31.12.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	16.357.524	363.266	16.720.790	12.943.996	270.460	13.214.456
Financiamentos à Exportação	53.562	3.777	57.339	125.084	1.808	126.892
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.462.831	-	5.462.831	5.710.003	-	5.710.003
Financiamentos Agroindustriais	1.000.474	33.918	1.034.392	1.094.017	27.485	1.121.502
Financiamentos Rurais	9.203.911	437.098	9.641.009	8.857.872	481.057	9.338.929
Subtotal	32.078.302	838.059	32.916.361	28.730.972	780.810	29.511.782
Total da Carteira	32.078.302	838.059	32.916.361	28.730.972	780.810	29.511.782
Provisão	(65.875)	(196.685)	(262.560)	(127.985)	(159.502)	(287.487)
Total Líquido ⁽¹⁾	32.012.427	641.374	32.653.801	28.602.987	621.308	29.224.295

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	31.12.2013			31.12.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	63.890	11.432	75.322	74.159	17.472	91.631
Financiamentos Agroindustriais	68.882	7.869	76.751	38.950	6.498	45.448
Financiamentos Rurais	5.940.521	381.953	6.322.474	5.189.272	367.651	5.556.923
Subtotal	6.073.293	401.254	6.474.547	5.302.381	391.621	5.694.002
Repasses a Outras Instituições	53.123	-	53.123	57.350	-	57.350
Total da Carteira	6.126.416	401.254	6.527.670	5.359.731	391.621	5.751.352
Provisão	(390.162)	(144.485)	(534.647)	(467.657)	(136.883)	(604.540)
Total Líquido ⁽¹⁾	5.736.254	256.769	5.993.023	4.892.074	254.738	5.146.812

a.5) Carteira com Risco Integral do Procerca

Financiamentos	31.12.2013			31.12.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Rurais	97.097	107.498	204.595	105.435	98.634	204.069
Subtotal	97.097	107.498	204.595	105.435	98.634	204.069
Total da Carteira	97.097	107.498	204.595	105.435	98.634	204.069
Total Líquido ⁽¹⁾	97.097	107.498	204.595	105.435	98.634	204.069

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerca/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procerca; e
- nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procerca;
- nas operações no âmbito do Pronaf, A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.

c) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	892.027	890.885
. Risco Integral do FNE	604.540	688.544
. Risco Compartilhado	287.487	202.341
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	629.758	659.144
Provisão Líquida por Deságio—Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322	38	130
. Risco Integral do FNE	38	130
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	629.720	659.014
. Risco Integral do FNE	304.084	314.491
. Provisão por Atraso/Renegociações	315.915	320.217
. Ajustes de Provisão por Deságio	(11.831)	(5.726)
. Risco Compartilhado	325.636	344.523
. Provisão por Atraso/Renegociações	366.801	281.698
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(41.165)	62.825
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	724.578	658.002
. Risco Integral do FNE	374.015	398.625
. Risco Compartilhado	350.563	259.377
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	797.207	892.027
. Risco Integral do FNE	534.647	604.540
. Risco Compartilhado	262.560	287.487

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procerca o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1)** para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do exercício estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- e.2)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 53.279 (R\$ 39.191, em 31.12.2012), sendo R\$ 45.840 (R\$ 29.478, em 31.12.2012) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 7.439 (R\$ 9.713, em 31.12.2012) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 37.638 (R\$ 9.501, em 31.12.2012) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 32.130 (R\$ 8.189, em 31.12.2012) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 5.508 (R\$ 1.312, em 31.12.2012) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2)** para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 33.367, sendo R\$ 19.862 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 13.505 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 18.528 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 12.090 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 6.438 referentes às operações de risco compartilhado. No exercício de 2012, a redução da provisão foi de R\$ 50.396, sendo R\$ 35.425 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 14.971 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- g) Em 31.12.2013, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 21.659, referente à provisão extraordinária constituída no exercício para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

h) As renegociações formalizadas no exercício, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, reduziram o resultado do Fundo em R\$ 216.231 (R\$ 25.443 de aumento, em 31.12.2012). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	70.604	58.752
Despesas - Bônus e Dispensas	(420.363)	(149.495)
Efeito Líquido em Provisões	133.528	116.186
Total	(216.231)	25.443

i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Rendas de Operações de Crédito	2.953.939	2.929.492
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(768.287)	(923.020)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.589)	(3.761)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(8.494)	(6.721)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(377.173)	(114.708)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(1.004.659)	(552.504)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(13.312)	(14.244)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(2.148)	(86)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(6)	(13)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	(327)	(39)
Despesas com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(155)	(3.001)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(2.597)	(8.522)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(78)	(696)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(25.612)	(15.740)
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	-	(29)
Baixa de Valores Contábeis Excedentes sobre Recebimento de Bens	(15)	(5)
Total	747.487	1.286.403

j) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

j.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

j.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

j.3) No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 358.817 (R\$ 266.408, no exercício de 2012), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

k) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

k.1) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;

k.2) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;

k.3) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer – Fase III;

k.4) reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;

k.5) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e

k.6) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No exercício, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 779 (R\$ 3.229, no exercício de 2012), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	294	15
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	485	1.753
Artigo 31 (Operações Prodecer – Fase III/Operações Resolução nº 2.471/98)	-	1.461
Total	779	3.229

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 18.532 (R\$ 52.558, no exercício de 2012), conforme a seguir discriminado:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	16.226	6.131
Artigo 31 (Operações Prodecer – Fase III)	-	42.078
Artigo 31 (Operações do FAT)	2.306	4.349
Total	18.532	52.558

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2013, de R\$ 26.987 (R\$ 12.995 em 31.12.2012), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco apresenta a seguinte composição:

Especificação	31.12.2013	31.12.2012
Recursos Disponíveis	709.475	433.857
Recursos Aplicados	746.507	898.525
Total	1.455.982	1.332.382

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 – Restituição de valores, ao FNE e ao Banco, a título de taxa de administração e *del credere*

a) No exercício de 2013, o Banco restituiu ao FNE a importância de R\$ 318.289, em decorrência de recálculo de *del credere*, em função da não utilização do critério *pro rata temporis* na apuração dessa remuneração, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União, que entendeu, em fiscalização anterior concluída em 2013, merecer ajuste a metodologia de cálculo utilizada pelo Banco.

b) Ainda no exercício de 2013, e em conformidade com as recomendações do TCU, o Banco se ressarciu junto ao FNE de recursos devolvidos indevidamente ao Fundo em 2007, referentes a receitas de *del credere* e taxa de administração, no valor de R\$ 116.282.

c) No mesmo período, o Banco alterou a metodologia de apuração do *del credere* incidente nas operações do FNE com risco compartilhado ou com risco integral para o Banco, passando a utilizar, como base de cálculo dessa remuneração, os saldos contábeis antes da constituição da provisão para perdas em operações de crédito. Tal providência leva em conta que o risco assumido pelo Banco incide sobre os saldos totais dos financiamentos, atualizados pelos encargos previstos em lei, e não sobre os saldos deduzidos das provisões registradas contabilmente. A modificação da metodologia implicou o recálculo do *del credere* com o pagamento ao Banco da importância de R\$ 61.030.

NOTA 10 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2014.

A Diretoria

Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 - F

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172.167/O-6

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Ary Joel de Abreu Lanzarin – Demetrius Ferreira e Cruz – Fabrício da Soller – Isaias Matos Dantas –Martim Ramos Cavalcanti.

DIRETORIA: Ary Joel de Abreu Lanzarin (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Crédito) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Nelson Antonio de Souza (Diretor de Estratégia, Administração e Tecnologia da Informação) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor de Desenvolvimento Sustentável e de Microfinança).

CONSELHO FISCAL: Maria Teresa Pereira Lima (Presidente em exercício) – Helano Borges Dias – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Marco Antônio Fiori – Raimundo Lourival de Lima

COMITÊ DE AUDITORIA: Otho Cezar Miranda de Carvalho (Presidente) – Josélia Cristina Nogueira de Araújo Almeida (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7
